



## ATA

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, no Centro Pastoral Padre António Matos Fernandes Pereira, Freguesia de Moreira de Cónegos, sob a Presidência de José João Torrinha Martins Bastos, secretariado por Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo e Cristina Patrícia Lemos Fernandes, reuniu a Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos. -----

**ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

**ORDEM DO DIA -----**

**ASSEMBLEIA -----**

**1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2023.-----**

**2 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 3 DE JULHO DE 2023. -----**

**3 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2023.-----**

**CÂMARA -----**

**4 – ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES. -----**

**REGULAMENTOS-----**

**5 - APROVAÇÃO DE NORMAS PARA APOIO A CUIDADOS MÉDICO-VETERINÁRIOS DE ANIMAIS DE COMPANHIA DE FAMÍLIAS CARENCIADAS PARA O ANO DE 2023. -----**

**6 – PROJETO DE REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E DE FUNCIONAMENTO DA POLÍCIA MUNICIPAL DE GUIMARÃES. -----**

**PATRIMÓNIO -----**

**7 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO SITUADA NA RUA EMÍLIO CASTELAR GUIMARÃES - FREGUESIA DE PONTE.--**

**8 – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO SITUADAS NA RUA DE CABO VERDE – FREGUESIA DE CREIXOMIL.-----**

**9 – COMODATO – ANTIGA ESCOLA EB1 DE RIBEIRA – FREGUESIA DE BRITO.**

**OBRAS PÚBLICAS -----**

**10 - REQUALIFICAÇÃO DA EB1 DE ABAÇÃO - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS. --**

**11 - CONSERVAÇÃO CORRENTE DO PAVIMENTO DAS VIAS DO CONCELHO DE GUIMARÃES 2023/2024 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS/ COMPROMISSOS PLURIANUAIS – RATIFICAÇÃO. -----**

**12 – VIA DE LIGAÇÃO ENTRE A CIDADE DESPORTIVA E A RUA DO REBOTO – CANDOSO SANTIAGO E CANDOSO S. MARTINHO – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS. -----**

**13 – NOVAS OFICINAS MUNICIPAIS – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS.-----**

**14 – AMPLIAÇÃO DO CANIL/GATIL – MESÃO FRIO E ATÃES - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS.-----**

**CULTURA-----**

**15 – SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO IMPACTA – ATIVIDADES A REALIZAR NO 2º SEMESTRE DE 2023 – ACEITAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE SUBSÍDIO ATRIBUÍDO À FREGUESIA DE NESPEREIRA. -----**

**16 – SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO IMPACTA – ATIVIDADES A REALIZAR NO 2º SEMESTRE DE 2023 – ACEITAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE SUBSÍDIO ATRIBUÍDOS À SOCIEDADE MUSICAL DE PEVIDÉM. -----**

**17 – UNIVERSIDADE LUSÓFONA – DOCNOMADS – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS.**

**18 – ATLÉTICO CLUBE DE GONÇA – II CONVENÇÃO MUNDIAL DA TUDI – APOIOS A CONCEDER – RATIFICAÇÃO.-----**

**HABITAÇÃO -----**



- 19 – PROJETO DE REGULAMENTO DO CONSELHO LOCAL DE HABITAÇÃO. ---**
- 20 - OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS NO ÂMBITO DO INVESTIMENTO RE-C02-I01 - PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO - ESCLARECIMENTOS – RATIFICAÇÃO. -----**  
RECURSOS HUMANOS-----
- 21 – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA 2023 – RADAR SOCIAL. -----**  
URBANISMO -----
- 22 – ORU DO CENTRO DA CIDADE E ZONA DAS HORTAS E CRUZ DE PEDRA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO POR UM PERÍODO DE 7 ANOS. -----**
- 23 – CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO – PASSEIO E TRAVESSIA SOBRE O RIO SELHO – FREGUESIA DE FERMENTÕES.-----**
- 24 – PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO- ESTÂNCIA TURÍSTICA DA PENHA.-----**  
ENTIDADES PARTICIPADAS-----
- 25 - VIMÁGUA, EIM, SA – AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL E CONSEQUENTE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS.-----**  
ATIVIDADES ECONÓMICAS-----
- 26 – RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE PROJETO ECONÓMICO DE INTERESSE MUNICIPAL – CARLOS & NUNO CUNHA, LDA. -----**  
PROTEÇÃO CIVIL -----
- 27 – PLANO MUNICIPAL EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE GUIMARÃES. FREGUESIAS-----**
- 28 – FREGUESIA DE BARCO – ALTERAÇÃO DE DELIBERAÇÕES. -----**
- 29 – FREGUESIA DE GUARDIZELA – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 17 DE ABRIL DE 2023.-----**
- 30 – FREGUESIA DE AIRÃO SANTA MARIA, AIRÃO S. JOÃO E VERMIL – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 6 DE JULHO DE 2023. -----**

**31 – FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL RAÍZES (2023/2024).**-----

**32 - FREGUESIA DE NESPEREIRA – CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL + VIDA (2023/2024).**-----

TRÂNSITO-----

**33 - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DO ASSENTO - FREGUESIA DE MESÃO FRIO.**-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----

**34 – APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA.** -----

Pelas **vinte e uma horas e quinze minutos** foi declarada **ABERTA A SESSÃO**. -  
Estiveram presentes os seguintes membros: Eleitos diretos: (PS) Eleitos diretos: (PS) - José João Torrinha Martins Bastos, Pedro Miguel Guimarães Marques da Cunha, Maria de Jesus Teixeira Carvalho, Hugo Francisco Monteiro Teixeira, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque, Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, Jorge Manuel Costa Nunes, Elsa Cristina Silva Ribeiro, Augusto Rafael Capela Duarte, Maria Joaquina Oliveira Antunes, David José Gonçalves Faria, Alberto Manuel Gonçalves Mota, Pedro Manuel da Silva Mendes, Clara Sofia Abreu Barros, Francisco da Costa e Silva, José de Castro Dias, Maria José Teixeira Martins, Idálio Manuel Pereira de Oliveira, Francisco José Mendes Pereira, Dionísio Cardoso Ribeiro e Diana Catarina Oliveira da Silva; (PSD) – André Guimarães Coelho Lima, César Nuno da Costa Teixeira, André Faria Ferreira, Carlos Jorge Caneja Amorim, Ana Margarida da Costa Teixeira, Ana Sofia Rodrigues Teixeira, Manuel José Araújo Ribeiro, Margarida Pinheiro Pereira, Rui Armindo da Costa Freitas, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, Isabel Filipe Gonçalves Gomes de Sousa e Carlos Vítor da Cunha Gonçalves; (CDS-PP) - Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito, Teresa Maria Esquível Sequeira Braga Costa Faria, Paulo Miguel Lima Peixoto



e João Paulo Serra Salazar; (CDU) - José Manuel Torcato Ribeiro, João Martins da Cunha e Inês Alves Rodrigues; (CH) - André Filipe Mendes de Castro Almeida; (BE) – Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro; (IL) – Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos. -----

Inerência do cargo de Presidente de Junta: Martinho Eurico Martins Fernandes – PSD, José de Castro Antunes – PS, José Luís Oliveira Pereira – PS, Maria de Fátima Saldanha Cardoso – PS, José Inácio da Fonseca (em representação do Presidente da Junta de Caldelas) – PS, Maria Odete de Abreu Lemos – PS; Vítor Duarte da Cunha Matos Pereira – CDS-PP, António Martins Gonçalves – PSD, António Gonçalves Vilela – PS, Augusto César Fernandes Guimarães – PS, Agostinho Salgado Faria – PS, Paulo Manuel Ferreira da Silva – PS, Cristina Patrícia Lemos Fernandes – PS, Isilda Gomes da Silva – PS, Manuel da Costa Teixeira – PS, José Pereira da Silva – PS; Joaquim Jorge da Mota Pereira – PS, João Manuel Gonçalves Miranda – PS; Domingos Vaz Peixoto – PS, Maria Manuel Magalhães Ferreira da Costa e Silva (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Polvoreira) – PS, Serafim Lopes Fernandes (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Ponte) – PS, Natália Maria da Silva Fernandes Ribeiro – PSD, Maria Adelaide Andrade Silva – PS, Raquel Susana Fernandes Oliveira (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de S. Torcato – PSD, Marta Filipa da Silva Gonçalves – PS; António José da Silva Ribeiro – PSD, Nelson Cristina Gonçalves Ferreira – PS, Ricardo Jorge Carvalho de Castro – PS; Luís António da Silva Costa Abreu – PS, Tiago José Xavier da Silva – PSD, José Carlos Fernandes da Cruz – PS, David Patrício Lopes Araújo – PS, Vítor Manuel da Silva Pais – PS, Diogo António Alves Costa – PSD, Guilherme Paulo Ribeiro Abreu – PS, Flávio Romeu de Sousa Freitas – PS, João Carlos Silva Alves – PS, Rui Porfírio Lopes Silva – PSD, Carlos Manuel Abrunhosa Borges –

PS, Francisco Ferreira Gonçalves – PS, Tiago João Matos Rodrigues – PSD, Daniel Filipe Macedo de Oliveira – PSD, Armindo Filipe da Silva Lopes – PS, Manuel Fernando Alves Cardoso – PS e Carlos Alberto Peixoto de Sousa – PS. A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara, Domingos Bragança Salgado, e pelos Vereadores, Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Nelson José Guimarães Felgueiras, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, Ana Maria Prego de Faria Berkeley Cotter, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, Bruno Alberto Vieira Fernandes, João Vicente Ribeiro Salgado e Hugo Miguel Alves Ribeiro.-----

**Ausências inferiores a trinta dias: Membros** - Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares, José Pereira da Silva, Carlos Alberto Alves Miranda Oliveira, Sérgio Alberto Castro Rocha, António Alberto da Costa Martins, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Maria da Conceição da Cunha e Castro, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, João Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, Elvira Matos Silva Fertuzinhos, Alexandra Santos Gonçalves Ferreira, Márcio Rafael da Silva Ferreira, Sandra da Luz da Cunha Martins, Ana Paula Cardoso Lemos Damião, Emídio Guerreiro, André Filipe de Castro e Sousa Casalta, Ana Sofia Rodrigues Teixeira, Inês Alves Rodrigues, Célia Maria Abreu Magalhães, Pedro Manuel Pastor Torcato Ribeiro, Eugénia da Conceição Pereira da Silva, Vasco Manuel Azevedo Marques e Hugo Maciel Tavares de Freitas. -----

**Ausência inferior a trinta dias – Vereação** - Vânia Dias da Silva. -----

**Faltaram os seguintes membros:** Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos, Carlos Miguel Marques de Castro, José Pedro Ribeiro Salazar, Daniel André de Sousa Rodrigues, Joaquim Jorge Rodrigues Pereira, Miguel Fernando Ribeiro Bessa Moreira e José Augusto da Costa Araújo.-----

A **Câmara Municipal** esteve representada pelo Presidente da Câmara,



Domingos Bragança Salgado, e pelos Vereadores, Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Nelson José Guimarães Felgueiras, Alice Sofia de Freitas Marques Carvalho Soares, Ana Maria Prego de Faria Berkeley Cotter, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, Bruno Alberto Vieira Fernandes, João Vicente Ribeiro Salgado e Hugo Miguel Alves Ribeiro. -----

-----**LEITURA DO EXPEDIENTE**-----

- Do requerimento apresentado pelo Grupo Municipal do PSD a solicitar informações à Câmara Municipal a respeito dos estabelecimentos de ensino;  
- Do requerimento do Grupo Municipal do PSD a solicitar informações à Câmara Municipal a respeito do IMPACTA; - Do requerimento do Grupo Municipal do PSD a solicitar informações à Câmara Municipal a respeito do subsídio municipal ao arrendamento; - Do convite do Presidente da Junta de Freguesia da Costa para as Comemorações do Dia da Freguesia; - Do requerimento do Grupo Municipal do PSD a solicitar informações à Câmara Municipal a respeito do urbanismo; - Do convite de apresentação da edição discográfica da fadista vimaranense Elsa Ribeiro; - Do ofício da Associação de Municípios do Vale do Ave remetendo, para conhecimento, o relatório de atividades e a prestação de contas do ano de 2022; - Do ofício da Câmara Municipal remetendo os esclarecimentos solicitados pelo Grupo Municipal do PSD a respeito do subsídio municipal ao arrendamento; - Da comunicação do cidadão José Cunha sobre a intervenção do público nas sessões extraordinárias da Assembleia Municipal; - Do convite da Irmandade de S. Gualter para as Festividades em Honra de S. Gualter; - Da convocatória da Associação Nacional de Municípios Portugueses para o XXVI Congresso, a realizar no dia 30 de setembro, no Seixal; - Do ofício do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português dando nota da pergunta formulada ao

Ministro das Finanças intitulada “Repartições das Finanças encerradas – atendimento presencial só possível por marcação”; - Do convite da Irmandade de Nossa Senhora do Carmo da Penha para a 130ª Grande Peregrinação Anual ao Santuário da Penha; - Do ofício da Câmara Municipal remetendo os esclarecimentos solicitadas pelo Grupo Municipal do PSD a respeito do urbanismo; - Do convite da empresa Vitrus Ambiente para a 4ª sessão da “Vitrus Talks”; - Do ofício da Assembleia Municipal de Sesimbra remetendo, para conhecimento, duas moções aprovadas na sessão ordinária de junho; - Do requerimento do Grupo Municipal da CDU a solicitar informações à Câmara Municipal a respeito das dificuldades na aquisição de refeições escolares; - Do requerimento do cidadão Carlos Alberto Alves da Silva a solicitar o agendamento de reunião com os Grupos Municipais do PSD, CDU e BE; - Do convite do Presidente da Câmara Municipal e da Presidente da Associação de Apoio à Criança para a inauguração da Casa da Caldeiroa; - Do convite do Orfeão da Coelima para o concerto do seu 60º Aniversário. ---

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente da Assembleia anunciou que iria atuar o **Coro da Universidade Sénior de Moreira de Cónegos**, que interpretou o Hino de Moreira de Cónegos. -----

Terminada a atuação, o **Presidente da Assembleia** agradeceu o momento musical protagonizado e, de seguida, deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos, **António Brás Mendes Pereira**, que, agradeceu a presença de todos os participantes na sessão, referindo ser uma honra receber esta sessão da Assembleia Municipal descentralizada, no Centro Pastoral Padre António Matos Fernandes Pereira, da Freguesia de Moreira de Cónegos. -----

-----**INTERVENÇÕES**-----

**José Manuel Torcato Ribeiro**, do Grupo Municipal da CDU, fez a sua





intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Como não podia deixar de ser, a CDU congratula-se com o facto de se estender a Zona de Couros ao Centro Histórico de Guimarães como Património Mundial da UNESCO. É o passado dos vimaranenses, dos trabalhadores ... Hoje reunimos na Freguesia de Moreira de Cónegos, que é também uma terra de património. Património Histórico, Património Industrial, Património Humano. Património de que também faz parte o Moreirense Futebol Clube que está perto de celebrar os seus 85 anos de muita história. E não há melhor maneira de celebrar tão bela data como a subida à primeira liga e as vitórias dos escalões mais jovens. Uma terra que conseguiu acolher e integrar tantos emigrantes que se foram instalando no nosso país, à procura de uma vida melhor para si e para as suas famílias, e que aqui se sentem já em casa. A nossa saudação a esta mensagem de progresso e Paz. Porém, Senhor Presidente, quando percorremos as ruas da freguesia percebemos que é necessária à sua requalificação, a manutenção que se exige aqui como nas outras freguesias mais perto ou mais longe do centro da cidade. E quando perguntamos qual o maior investimento que falta para a freguesia o que nos dizem é que o Parque Industrial prometido uma e outra vez, tarda em chegar. Se não se aposta nas condições para a atração de investimento torna-se difícil garantir que as pessoas se mantenham na freguesia e que não se sintam tentados a “ir embora”. É preciso olhar para as freguesias, aproveitando as potencialidades diversas que têm e, neste caso, o facto de ser servida pelo comboio, com as facilidades que tal significa para se viver. Também a questão da Habitação ou a sua falta, afeta a população de Moreira de Cónegos, por isso, a CDU considera que é indispensável que os responsáveis municipais façam pressão sobre o Governo para que se deixe de soluções que não passam de “pensos rápidos”. As medidas acertadas não

estão no chamado pacote “mais habitação”, que mais uma vez não assegura nem o forte investimento público nem a regulação de um sector que está hoje capturado pelos grandes interesses que dominam o mercado. Não basta criar ilusões em torno dos milhões do PRR. Não é sério praticar a desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com os municípios, procurando remeter para estes a solução de um problema que precisa de uma resposta coerente e eficaz em todo o território nacional. Sem prejuízo do papel que o poder local, e em particular os municípios, são chamados a assumir, a dimensão do problema da Habitação é inseparável da assunção pelo Estado das responsabilidades que lhe cabem designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento que se mantém ausente ano após ano. E Guimarães não é exceção. Uma última nota para a população de Moreira de Cónegos. Sendo uma terra de forte concentração de trabalhadores, e particularmente de mulheres na indústria têxtil e vestuário, não podemos deixar de referir que uma boa parte da resposta aos seus problemas não está nas mãos da autarquia, está sim nas mãos do Governo e do PS, e a solução passa por aumentar o salário mínimo nacional para 910€ em janeiro, como propõe o PCP. É essa a resposta que as pessoas precisam.” -----

**André Filipe Mendes de Castro Almeida**, do Grupo Municipal do CH, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Entramos, hoje, na segunda metade do período autárquico para o qual fomos eleitos. Ainda não é tempo de campanha, por isso, ainda não é esperado um trabalho sério e responsável da parte do executivo. Ainda não é esperado soluções e inovações, que mesmo não sejam em quantidade, sejam na qualidade. Aliás, o entrave, a resistência ou mesmo a segregação às propostas da oposição, são a única coisa em que o PS não falha. Entendo que uma maioria seja exatamente isto, utilizar o “eu quero, posso e mando”



para a seu belo prazer, distribuir tachos e tachinhos. Mas Guimarães não é uma cidade banal, embora o Partido Socialista a queira transformar em tudo aquilo que Guimarães não é. Com a bandeira do progresso hasteada somos afundados em águas pantanosas, levando avante o lema “primeiro faz-se, depois veremos”. A detioração dos transportes públicos, da prestação de serviços de saúde, a negligência do parque escolar e o preocupante nível de segurança que vivemos demonstra o que representa verdadeiramente o Socialismo. Distribuir equitativamente a riqueza, mas depois de retirado o dízimo. Defende a Democracia e a inclusão do cidadão na política, mas primeiro aumenta a burocracia. E o exemplo contínuo que observámos em Guimarães, promovendo a discussão política com o total desprezo pela necessidade de resposta à oposição, anulando por completo os partidos menos representados. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, estará o senhor Presidente disponível para modificar parte do que aqui exponho? Bastará responder a algumas perguntas, e promover dentro do seu executivo e do seu grupo municipal a discussão política. A parte da inércia operacional, já sei que nenhum elemento do PS será capaz. São então as perguntas: 1. Que números temos em Guimarães sobre a educação. Quantos alunos, professores e funcionários temos nas escolas, e que faltas estão identificadas? 2. Os transportes públicos, com o caderno de encargos em vigor, são o suficiente para suprimir as necessidades da população, sabendo do aumento de procura que o início de aulas trás a esse sector? 3. Na questão da habitação para estudantes, está Guimarães a dar saída ao aumento da procura? 4. Qual a política do município para o apoio a clubes do município, nas inscrições de atletas nas respetivas federações? ----

**João Paulo Ribeiro Salazar**, do Grupo Municipal do CDS-PP, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve:

“Regressamos aos trabalhos deste órgão de elevada importância para o município e gostaria de reforçar, mais uma vez, a importância destas sessões para uma maior proximidade da nossa população para com os órgãos de decisão. É com esta proximidade que conseguimos fazer com que os nossos vimaranenses percebam o que está a ser discutido, a situação atual da política concelhia e também onde podem ter as suas próprias intervenções e partilharem as suas preocupações. A preocupação que deixo aqui é da situação atual da Juventude e Desporto em Guimarães. Com a demora na auditoria à gestão do vereador da Juventude e Desporto (Nelson Felgueiras), o trabalho desenvolvido durante o último ano no posicionamento do Conselho Municipal de Juventude como motor de agenda de Juventude em Guimarães encontra-se suspenso. No Desporto, os processos estão mais lentos e os subsídios para realização de obras nos recintos desportivos do concelho atrasam-se também. Adivinhava-se, à partida, que todo este processo não iria favorecer as políticas de Juventude e Desporto em Guimarães. A Delegação de competências no presidente da Câmara tornaria os temas em algo secundário na já anteriormente preenchida agenda política do presidente. Passados 3 meses, os nossos anseios confirmam-se. Necessitamos de uma maior celeridade no processo, de forma a não penalizar todo o funcionamento deste pelouro com elevada importância para o município. Ainda dentro do tema da Juventude, falo da Habitação. Hoje, a habitação atinge valores insuportáveis para os portugueses e para os jovens em particular. Os baixos salários, a precariedade no trabalho e o contexto da inflação não permite aos jovens condições para arrendar/comprar casa digna, assegurar as despesas básicas e poupar algum dinheiro. A idade média de saída de casa dos pais arrasta-se, as dificuldades financeiras aparecem e o futuro é incerto. Por isso, muitos milhares de jovens, milhares de recém-licenciados emigram todos os anos à procura de



melhores condições de vida nos países mais desenvolvidos da Europa. É urgente estruturar políticas de fixação de jovens no nosso país, a começar pela habitação. E atenção.... O governo anuncia finalmente um pacote de medidas, “Mais Habitação”. Ao invés de reduzir a carga fiscal na construção, compra ou arrendamento, desburocratizar licenças de construção, de implementar uma política de incentivos à construção para venda/arrendamento, fixa-se na perseguição aos senhorios, ao arrendamento forçado e na eliminação do Alojamento Local. Políticas vazias, ineficazes que criaram receio no mercado, de quem tem ou pode vir a construir habitação a preços moderados. Mas também não aposta claramente no reforço da construção da habitação pública (compreende apenas 2% do mercado) e não força o Estado (maior proprietário do país) a disponibilizar os seus edifícios devolutos. Sem o apoio de nenhum outro partido, sem o apoio do Presidente da República, dos proprietários ou dos inquilinos, resta-nos o PS que continua a (des)acreditar o “Mais Habitação”. Em Guimarães nada se faz enquanto se aguarda pelo pacote “Mais Habitação” e pela sua implementação. A Câmara Municipal acena com o plano de apoio aos mais desfavorecidos enquanto ficou de braços cruzados sobretudo no apoio e na criação de soluções para os jovens e para a classe média na habitação. E o problema arrasta-se sem fim à vista. Os portugueses saem mais uma vez castigados pela falta de visão e incompetência de um primeiro-ministro arrogante, por uma ministra da Habitação incompetente e por uma Câmara Municipal inativa. E os portugueses, em particular os jovens, merecem muito melhor...” -----

**Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos**, do Grupo Municipal da IL, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Acredito que todos aqui concordamos que a nossa história enquanto civilização,

assenta numa permanente e abundante fonte de aprendizagem. Aprendizagem essa que contribui de forma decisiva para a nossa evolução presente e futura, seja enquanto comunidade política, económica ou social. É, também, quando paramos no presente e refletimos sobre o passado que identificamos os erros, mas acima de tudo, nos reinventamos na procura de soluções que assegurem um futuro melhor. Aliás, é por isso que todos nós nos encontramos aqui, dentro desta sala... na garantia de um futuro melhor. Nesse exercício de análise, que todos nós acabamos por fazer, seja na nossa vida pessoal ou profissional, torna-se evidente a alternância dos ciclos económicos. Entre a escassez e a expansão, acaba por ser óbvio que existam comunidades em tempos: muito prósperas, que, entretanto, deixaram de o ser, inúmeras vezes pela desatenção, excesso de confiança ou apenas falta de visão dos seus líderes e governantes. Vivemos tempos difíceis, não há dúvida E Guimarães não é exceção..., mas ainda assim acredito que conseguimos fazer mais e melhor. Aliás, é para isso mesmo que cá estou. Perdemos população e vivemos uma das maiores crises da habitação das últimas décadas, admitindo que seja transversal também ao restante país... não conseguimos captar investimento nem mitigar a dependência de uma quase mono-indústria. Não retemos jovens talentos e somos notícia nos últimos dias por liderarmos o crescimento do desemprego no quadrilátero, destacando que nos últimos 12 meses, o número de pessoas inscritas no IEFP subiu mais de 20%. São sinais preocupantes que nada de bom trazem para o futuro do concelho a médio/longo prazo. Ainda assim, é nas crises, tal como nos diz a história, que surge, frequentemente, o melhor do engenho humano. Foquemo-nos no problema da habitação. É verdade que não se consegue reter população se não houver emprego, mas não é menos verdade que também não se consegue fixar a população, particularmente a jovem, se não houver habitação acessível. Este, acaba por ser um elemento



essencial para a atratividade do concelho na retenção de mão de obra, que por sua vez, é um catalisador na captação de investimento. Começamos por aqui. Soluções para a crise na habitação podem constituir um dos fatores essenciais, na inversão do processo económico degenerativo em que estamos mergulhados. Reveja-se o PDM e as políticas fiscais. Criem-se condições vantajosas para as empresas que invistam na construção de habitação mais acessível e implementem-se programas de formação profissional séria, que contribuam adicionalmente para remover o estigma que, durante anos, todos criamos à volta da profissão de operário da construção civil, induzindo a uma crise de mão de obra no setor sem precedentes. Este é certamente um problema do governo central, mas nada nos impede de fazermos a nossa parte, de tomarmos a dianteira. Vamos tornar Guimarães num concelho de habitação acessível, vamos tornar Guimarães num concelho amigo de todos os jovens que amam este município, tal como todos nós aqui hoje presentes. É na solução desta crise em particular, que pode iniciar-se uma nova era. Empenhemo-nos! -----

**Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira**, do Grupo Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Saúdamos a realização desta Assembleia Municipal na distinta Vila de Moreira de Cónegos, músculo industrial do concelho. Pessoalmente é uma honra usar da palavra em representação do Partido Social Democrata em Moreira de Cónegos, onde edificou a Casa da Cancela e daí as minhas raízes paternas, terra do Moreirense Futebol Clube, essa grande instituição do desporto vimaranense onde tive o privilégio de ser atleta, terra de gente honrada e de trabalho. Bem-haja Moreirenses. Dedicaremos esta Assembleia Municipal aos problemas da habitação. Não apenas por estar na ordem do dia, mas muito por ser um eixo essencial da estratégia para um

município de futuro e com futuro. Com impacto severo em várias outras variáveis que dizem respeito ao governo de um concelho. Faremos exposição das ramificações e consequências que entendemos advir – não apenas, mas também – da incapacidade de antecipar problemas, de construir soluções e de agir concretamente para responder. Este é um tema que deve merecer a atenção de todos e a dedicação de quem tem capacidade para resolver. Houvesse efetiva estratégia por parte de quem nos governa e hoje debateríamos problemas diferentes: aqueles gerados pela pressão do progresso e do desenvolvimento. Infelizmente não é o caso. Longe vão os tempos em que o PS prometia a cidade dos 100 mil habitantes, sonho por construir que hoje virou pesadelo. Ora o PSD Guimarães apresentou há um ano 7 propostas concretas no domínio das políticas de habitação que é tempo de recordar: Transferência da Divisão de Habitação para o Dep. Desenvolvimento do Território; Criação do Conselho Municipal da Habitação; Criação do Programa de Apoio à Habitação para Jovens; Criação do Programa de Incentivo à Reabilitação Urbana; Criação do Programa de Arrendamento Acessível; Criação do Programa de Combate ao Empobrecimento Energético; Apoio Extraordinário à Prestação para Habitação Própria e Permanente; Na Câmara e na Assembleia Municipal, a maioria socialista chumbou propostas da alternativa política. Neste como noutros assuntos da maior relevância par Guimarães, a maioria absoluta do Partido Socialista dorme profundamente. Dorme profundamente abrigada no conforto de uma casa assente em maiorias absolutas sucessivas. Acomodou-se. Nem mesmo a habitação social mereceu atenção do regime socialista que nos governa há mais de 30 anos. Não aumentou o parque habitacional. Não construiu nenhum complexo habitacional de raiz. Não integrou na esfera municipal toda a habitação social em Guimarães. Enquanto outros fizeram o seu trabalho, Guimarães dormia no conforto das





maiorias absolutas que tudo justificam e que um dia justificarão também uma alternância que urge para bem de Guimarães e das suas gentes. Explicar a situação de Guimarães no contexto regional não é difícil no plano dos factos: concelhos vizinhos estão há mais tempo a trabalhar na Estratégia Local de Habitação, na definição de quadros de políticas estáveis a médio prazo para fomento da reabilitação urbana, no apoio ao arrendamento, na preparação para execução dos milhões de euros de financiamento de programas específicos para a habitação. Guimarães foi, infelizmente, ultrapassado quer em volume de investimento, quer em volume de habitações a acrescentar ao mercado. Exemplo evidente do que digo: as Grandes Opções do Plano, o documento orientador das macropolíticas para Guimarães, só em 2022 refere claramente as questões da habitação que não social – antes disso, foco estrito na habitação social. Acordaram em 2022. Se dúvidas houvesse quanto à importância dada: o primeiro PDM foi aprovado em 18 de julho de 1994 neste órgão; a primeira revisão foi publicada em 22 de junho de 2015 – 20 anos depois. E nessa altura que o que dizia o atual Presidente da Câmara Municipal de Guimarães? Citando o site da CM Guimarães “Na proposta apresentada por Domingos Bragança (...) o novo PDM privilegia a atividade económica e aumenta a área verde disponível, reduzindo a área de construção em cerca de 20%.” O PSD votou contra o PDM. A incapacidade salta à vista: desenvolvimento económico como miragem e habitação como pesadelo. Que justifica o desastre da perda de população – um indicador evidente de prosperidade ou falta dela. O desastre da perda de população que esta região do concelho infelizmente tão bem conhece. Bragança criticará hoje Domingos e o que ontem era bom será hoje mau. O PS de hoje criticará o de ontem, mas nada fez para ser diferente. Uma coisa é certa: mais de 30 anos de uma maioria absoluta

musculada, orgulhosamente só, cega nas suas certezas e surda a propostas alternativas, tornam evidentes os erros clamorosos e o atraso que temos que recuperar com urgência.” -----

**Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro**, do Grupo Municipal do BE, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve:

“Recebemos muito recentemente uma notícia que muito nos orgulha enquanto vimaranenses, com a classificação da zona de Couros como património mundial da UNESCO. Independentemente de discordâncias político-partidárias, o sucesso desta candidatura enche de orgulho quem valoriza a cultura e o património da nossa terra e da nossa gente. É uma oportunidade singular para reconhecermos a preponderância da indústria dos curtumes na construção da identidade do nosso concelho, mas mais ainda para valorizarmos as e os trabalhadores que ao longo de séculos deram vida a esse setor. Os vestígios legados pelas gerações passadas e o complexo arquitetónico agora classificado e reconhecido nada nos diriam sem o contributo de milhares de homens e mulheres que fizeram da indústria dos curtumes o seu “ganha-pão”, muitas vezes em condições precárias e exploratórias. Chamamos à História não só o património arquitetónico e os nomes sonantes de membros da classe política e da elite económica, mas também os de baixo, o povo vimaranense comum que edificou esta e tantas outras indústrias na nossa região, levando mais longe o nome de Guimarães em troca de uma, por vezes mísera, subsistência. Lembramos o legado histórico coletivo desta gente de quem esquecemos os nomes, mas sem obliterar o seu contributo para hoje vermos a zona de Couros reconhecida mundialmente como património da humanidade. Enalteçamos as jornadas de luta e reivindicação de direitos desta classe durante a década de 20 do século passado, cujo movimento grevista abalou a cidade, com o mote “o pão continua a vender-se caro e os operários



precisam de alimentar os seus filhos”. Infelizmente, com as devidas adaptações do século de distância, o mote é hoje ainda atual. A espiral inflacionista a que assistimos continua a esmagar as famílias, atirando cada vez mais pessoas à nossa volta para o risco de pobreza. A inação do poder político nada afronta a ganância do sistema e da elite económico-financeira. Em Guimarães, assistimos nas últimas semanas ao encerramento de três fábricas do setor têxtil, totalizando 89 trabalhadoras e trabalhadores entrando em situação de desemprego, algumas com salários em atraso. A solidariedade tem que ser total para com as trabalhadoras das empresas “Be Stich”, Fátima Lemos & Lemos e António Martins e Ana Ribeiro, mas não só de solidariedade precisam estas pessoas, mas de respostas concretas à sua situação. Infelizmente, estas trabalhadoras não são caso único: em Guimarães, o desemprego dispara, subindo 7% entre julho e agosto, atingindo 6.402 pessoas inscritas no IIEFP, mais 1054 do que em agosto passado. Somos hoje o 5º concelho do país com mais desempregados, apenas atrás de Lisboa, Gaia, Sintra e Porto. Somos os campeões distritais do desemprego, mas os únicos sentimentos possíveis com esta conquista são vergonha, tristeza e revolta. Até quando nos sujeitaremos a esta condição, sem respostas centrais ou municipais à falta de emprego? Até quando assistiremos à degradação das condições de vida da nossa população? Até quando aceitaremos como normais estes números? A Câmara Municipal vai promover em outubro o “Mês da Economia”. Estamos entusiasmadíssimos para perceber que debates profundos, ricos e transformadores serão promovidos, pedindo apenas que não se esqueça de falar de quem perdeu o emprego e não consegue arranjar um novo e de quem o salário não chega para fazer face às contas da água, luz, gás, do supermercado, à renda ou à prestação da casa. No dia 30 de setembro, o Bloco de Esquerda, em

Guimarães e no resto do país, estará presente nas manifestações nacionais pelo direito à habitação. Convocamos todas e todos os que não têm condições para saírem de casa dos pais ou de ex-companheiros porque não encontram uma alternativa acessível, todas e todos cuja prestação bancária galopou macabramente por puro egoísmo da banca e das instituições europeias, todas e todos forçados a sair de sua casa por ganância de senhorios que pretendem subir cada vez mais a renda. Em Guimarães, o Bloco continua a exigir a construção de um parque municipal de habitação, que hoje ofereceria uma alternativa ao mercado numa fase mirabolante de especulação como a que vivemos. Por esta crise e pelas crises futuras, exigimos soluções, medidas e respostas reais e na rua faremos ouvir a nossa voz.”-----

**Susana Gabriela Meireles Campos Nunes**, do Grupo Municipal do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “No dia 19 de setembro de 2023 ecoou o anúncio de uma distinção que encheu os corações dos vimeiraneses de uma alegria e um orgulho que reverberou de Couros para todo o concelho. Eis mais uma data memorável no firmamento de Guimarães! A Zona de Couros, um pedaço de alma urbana que se estende como uma ode desde o Bairro Amadeu Miranda e a Rua de Vila Verde, passando por Couros até à Rua D. João I, viu-se coroada com o título de Património da Humanidade. Esta decisão, proferida na 45ª Sessão do Comité do Património Mundial, em Riad, na Arábia Saudita, é reconhecimento e celebração da riqueza patrimonial, social e histórica de Guimarães, e torna Couros numa referência no Panteão do Património Mundial da UNESCO. Recuperam-se e resgatam-se as memórias entrelaçadas nas pedras centenárias como um tesouro aberto a todos que habitam e visitam Guimarães. A nova extensão da área Património Mundial em Guimarães (19,4 hectares), duplica a área classificada de significado



histórico, urbanístico e estético (38,4 hectares) num feito, que engradece a cidade, os vimeanenses e Portugal. E, reforça o nosso compromisso cívico, a nossa identidade e patriotismo local, como o referiu outrora Jorge Sampaio. Proliferam as manifestações de contentamento individuais e coletivas, como na pauta do Paulo Rodrigues e na pena do Miguel Bastos: “Por recantos e ruelas rumo à ilha do sabão, vejo tanques, são janelas, que estão pregadas ao chão.” Em Couros, o presente e o passado dialogam num eterno dueto, recuperando a importância imensurável do valor social, histórico, político e económico de uma zona de Guimarães que foi, simultaneamente, durante vários séculos, de invisibilidade cultural e política, mas também suporte infraestrutural, social e económico de Guimarães. As ruas estreitas, ladeadas pelo casario antigo, guardam as memórias e os segredos das gerações que moldaram este lugar ao longo dos séculos. Os curtumes, vestígios de um ofício centenário, sussurram histórias de operários e mestres que instigam curiosos, locais ou forasteiros. Da Corredoura chegavam peles, de Tabuadelo cascas de carvalho e até os pombais tinham função. Contava-me o Sr. José “era uma hora e meia de manhã, outra ao fim do dia - de S. Torcato até Couros, de Couros a S. Torcato. Ia com o meu avô, trabalhar! Vínhamos de todos os lados!”. Eles foram os artesãos das texturas, os alquimistas do odor terroso que se mistura com o perfume da história e hoje se declamam aqui. As peles, mergulhadas nas águas que fluem nas veias das margens de Couros, e que ganham vida sob mãos hábeis. Marcas de trabalho árduo no socorro do albergue de S. Crispim! Ainda na letra de Miguel Bastos: “E pisa de pés descalços. Lava os couros no lagar, surra as peles pros sapatos, que nunca há-de calçar.” Zona baixa, pobre, degradada, exposta a cheias e às enxurradas da ribeira, gerações de anónimos. Comunitária e solidária. Ora esquecida! Outrora invisível. Como aqueles que descreve Eça de Queirós

pelos seus contos: “A nós ninguém nos via e ninguém nos espreitava, a não ser, às vezes, a Lua, com o seu olhar velado e húmido como o olhar de uma viúva.” Hoje... é Património da Humanidade: já sob o olhar do sol; por Guimarães, por Portugal e pelo Mundo. Couros é um tributo que se eleva: - À arte dos curtumes; - Aos artesãos que lá laboraram e largaram seu suor, moldando o couro com amor e perícia; - Às gerações que saltavam entre os tanques e aos murmúrios da cidade; - Aos anónimos que lhe deram vida; - Ao património do povo, de beleza simples e plena de alma; - Às freguesias e à cidade que abraçam a sua herança com orgulho; - Aos vimaranenses, a todas as forças políticas, a técnicos, à ação coletiva e ao Município, que cuidam do legado de gerações. Nas estrofes de alma corridas de Poças Falcão “Correm também seu curso as palavras, que no tempo já se esquecem: abaldoar, atabicar, lavar, surrar, engordurar... Palavras, gestos e saberes de rios que passaram. Outro curso é o das vozes: gritos, chamamentos, ordens de trabalho, cantos esforçados, rudes impropérios. Parece que ainda se ouvem, mas passaram, correram, fluíram. Como as gerações, as inumeráveis gentes de trabalho, que aqui mergulharam os seus corpos, a sua pele, deixando marcas de vida, de luta e de labor.” A forma como Guimarães cuida e acaricia as suas raízes e se dedica ao seu património e à sua cultura é a chave para a distinção sublime de Património da Humanidade, primeiro em 2001 e agora em 2023, e faz de Guimarães uma cidade referência no Património Mundial. Acreditamos e trabalhamos. A determinação e o compromisso, aliados a um longo esforço coletivo de gerações de vimaranenses, de horizontes vastos, trouxeram-nos aqui. Cada detalhe, cada pedra colocada, cada edifício ou fábrica meticulosamente requalificada, com o empenho inabalável do município, gerou as condições para imortalizar Couros no rol dos tesouros mundiais. As águas foram domadas com bacias de retenção. O Teatro Jordão e a Garagem Avenida



receberam uma nova vida, revelando-se como ícones culturais pulsantes. Foram reabilitadas as antigas fábricas dos curtumes e devolvidas à cidade, como a que instala a universidade das Nações Unidas, ou Centro de Ciência Viva ou a Fábrica da Ramada atual Instituto de Design. Sem esquecer a Fraterna, num enquadramento raro, que a tantos acolhe ou Pousada da Juventude que recebe e abriga. Reconhecida, cuidada e amada em cada detalhe do seu poema, Guimarães, como referiu o nosso presidente Dr. Domingos Bragança: “dá visibilidade ao seu valioso património, colocando-o à disposição de todos quantos habitam e visitam o território.” E, segundo a National Geographic: “Colhem os louros deste esforço os munícipes e... a restante Humanidade.” Parabéns Guimarães! Com esta nova classificação, nasce também uma "zona tampão," um abraço protetor que se estende da encosta da Penha à Veiga de Creixomil. É uma promessa feita às gerações que ainda não desabrocharam, um compromisso solene de preservar o nosso património, a nossa natureza e a nossa herança cultural. Guimarães celebra com orgulho este capítulo dourado na sua história, sob do sol, que ilumina as “janelas pregadas ao chão”, reforçando a nossa voz no palco nacional e internacional. Neste galardão onde reside o orgulho e a alegria reside a responsabilidade, um compromisso que permanece. Concluo com os versos de Luís Almeida, um grande amigo, um artista sem tamanho, devoto e apaixonado por Guimarães: “Saltar muros de granito, saltar tanques de alegria, a sentir o infinito condensado num só dia.” – Precisamente, o dia 19 de setembro de 2023.”-----

**Manuel José Araújo Ribeiro**, do Grupo Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “O PSD dedica esta Assembleia ao tema da habitação nas suas múltiplas vertentes e na sua vasta complexidade. Desde há muitos anos temos denunciado, de

forma sistemática, que o nosso concelho não consegue competir com os concelhos vizinhos. E as nossas vilas não conseguem competir com as vilas vizinhas. E esta incapacidade de competir é ainda mais sensível aqui nos limites do concelho. Estamos em Moreira de Cónegos. E não podemos sair daqui sem denunciar um problema estrutural desta Vila do concelho de Guimarães. Podem vender ilusões. Dizer que tudo está bem. Que a situação é excecional. Mas há algo que é incontornável: Moreira de Cónegos assiste a uma erosão populacional. Não consegue fixar os seus jovens e assiste ao êxodo de muitos dos que migram a fixar-se no concelho de Vizela. Os números não enganam. A realidade está à vista. Vizela, ao fim de poucos anos, aumentou a sua capacidade de atratividade sobre o nosso concelho e consegue atrair aqueles que em outros tempos quiseram permanecer fiéis ao seu vimaranensismo e recusaram entrar em aventureirismos. O mesmo se passa com a Vila de Lordelo. Que há anos a fio vê os lordelenses, e em particular os seus jovens, a deslocarem-se para Vila das Aves, no concelho de Santo Tirso. O mesmo sucedendo com as freguesias de Serzedelo e Guardizela que veem os seus mais jovens partir para a Vila de Riba de Ave, para Famalicão. Guimarães perde sistematicamente a competição. De todas as vilas que estão nos limites do concelho verifica-se de forma sistemática que Guimarães perde a competição para as vilas dos outros concelhos. Poderia falar da Vila das Taipas que também vê muitos jovens partir para Braga. Mas os dados que referi a propósito daquelas vilas são sintomáticos da nossa incapacidade para competir. O PS está no poder desde 1989. Ininterruptamente. Estes números são responsabilidade exclusiva do PS. São o reflexo de um errado modelo de desenvolvimento económico e social. Com a imagem de marca em PDM que definiu políticas referentes ao solo e ao ordenamento do território que lograram impedir o desenvolvimento homogéneo do concelho de Guimarães e dotar as nossas vilas fronteiriças de





instrumentos para uma salutar competitividade. Seria suposto que em alguma das vilas que diretamente competem entre si poderia haver para contar uma boa história. Mas, infelizmente, não há. Invariavelmente a derrota é certa. Este é o resultado das erradas e errantes políticas das sucessivas maiorias socialistas, desde logo ao nível do PDM. Que foi limitador, castrador e condicionador do desenvolvimento económico. O PSD apresentou há bem pouco tempo propostas tendentes a suprir e atenuar os problemas habitacionais do concelho. Como é hábito as nossas propostas caem em saco roto. Invariavelmente chumbadas e rejeitadas pela absoluta maioria. Mas o facto é que se a maioria é absoluta, os problemas dos vimaranenses não são relativos, nem para relativizar. Os problemas são absolutos e estão a deixar as nossas vilas para trás. Por melhor que seja a narrativa. E, infelizmente, não se vislumbra um rasto de esperança.” -----

**Maria de Jesus Teixeira de Carvalho**, do Grupo Municipal do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Deixem-me começar por vos contar uma história. Centro Cultural Vila Flor, 18 de setembro, última 2ª feira. Receção dos técnicos de Artes Performativas e formação dos mesmos. Na receção está a nova coordenadora deste projeto, que começa com uma palavra: PRIVILÉGIO. Perante os Senhores Vereadores da Educação e Cultura, representantes das direções dos agrupamentos, pessoal da Oficina e 74 novos técnicos que vão para as escolas, passa a enunciar as razões dessas palavras, o privilégio que as nossas crianças têm, ricas ou pobres, pequenas ou grandes, vimaranenses ou migrantes. E, continuando a evocar as suas palavras, uma Lisboaeta que, supostamente, era a privilegiada, mostra, com o seu olhar externo, aquilo que os nossos olhos de vimaranenses já não alcança, tão habituados estão. Sim, estão a ouvir bem! PRIVILÉGIO! Privilégio por termos uma cobertura de pré-escolar

com quase 100%, tendo-se verificando este ano a abertura de mais 11 novas salas, num investimento de mais de 200 000€ (duzentos mil euros), porque todas as crianças devem ter direito a um ensino pré-escolar, que tanto os prepara para a vida! Privilégio por todos os jardins de infância e a quase totalidade das escolas do 1º ciclo oferecerem horários que respondem às necessidades das famílias, com oferta de lanches e complementos alimentares, leite escolar e fruta para todos. Privilégio pela quantidade de projetos que a câmara disponibiliza às escolas, numa perspetiva complementar, das artes às ciências, da atividade física ao judo, da ginástica à leitura, do riso à música, da maravilhosa Cantânia à prática da Educação Financeira. Privilégio pelo número de funcionários, muito além do rácio, que disponibilizamos em cada escola, para aumentar a segurança e o bem-estar de todas as crianças (no início deste ano foram integrados mais 55 novos funcionários, estando previstas ainda mais integrações). Privilégio por ter um Orçamento Participativo de 12 500€ (doze mil e quinhentos euros) por agrupamento de escolas - contra os 500€ (quinhentos euros) do Ministério da Educação -, este ano dedicado a melhorar os recreios, tornando as escolas mais agradáveis para os alunos e crianças. Privilégio por ter um Torneio de Retórica em que, ano após ano, se trabalha a oralidade e a retórica com todos os alunos do 11º ano, num esforço gigantesco, mas fundamental, para a formação do novo cidadão. Privilégio de ter recursos humanos como os do Teach for Portugal, que ajudam os nossos territórios mais desfavorecidos a caminhar de forma mais veloz! Privilégio por ter um município que se destaca no indicador da Equidade e que, cada vez mais, tem níveis de sucesso que ultrapassam todos os preditores apontados. Privilégio de termos uma Educação social que se quer para todos, com todos e de todos, não deixando nas margens os que são menos "iguais". Urge, pois, derrubar o preconceito de que não é possível trabalhar a inclusão.



Privilégio de termos, a nível social, um projeto como o “Raízes”, com a promoção de um envelhecimento saudável e com a integração de pessoas migrantes, realidade impactante nesta freguesia de Moreira de Cónegos, quer em termos educacionais, quer em termos da comunidade. Privilégio por viver numa cidade educadora e com responsabilidade social, que pensa na sua população sempre em crescimento, numa aprendizagem ao longo da vida, com projetos como o “+ Vida”, e outras iniciativas, como o Protocolo do Núcleo Local de Garantia para a Infância (NGPI), o Projeto “Portas Abertas” e o Guia de Voluntariado de Emergência Social (VES). Privilégio pelo acesso de todos aos equipamentos da cidade, a atividades pensadas para cada um deles, a um integrar da escola e a cidade. Ligação tão forte e tão umbilical entre a Educação e a Cultura, deixando marcas profundas em toda a comunidade escolar. Privilégio por ter um programa como o PEGADAS, ter um equipamento como o Laboratório da Paisagem, que desenha e executa um plano de educação ambiental que chega a todos os alunos, das mais variadas formas. Privilégio de termos uma Oficina, uma Tempo Livre, ou o Curtir Ciência que pensam as suas atividades centrando as crianças e os jovens nas suas prioridades. Privilégio de termos escolas requalificadas e reabilitadas (EB1 de Abação, EB1/JI da Ucha – S. Faustino, Escola EB2,3 de S. Torcato). Privilégio de ter um executivo com visão ao investir num programa informático O INOVAR para todas as escolas, possibilitando um observatório global da comunidade escolar e criando a carta educativa digital sempre atualizada no momento da consulta – instrumento de planeamento estratégico por excelência. E termino afirmando que viver em Guimarães é um privilégio, aqui valoriza-se a educação e a coesão social, como um meio de promover o crescimento, a cultura, a identidade e o desenvolvimento da comunidade”. -----

Maria de Jesus Teixeira de Carvalho respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito. -----

**César Nuno da Costa Teixeira**, do Grupo Municipal do PSD, disse querer deixar umas notas prévias no que respeita à população, considerando poder dizer-se que todos gostam de Guimarães e que todos gostariam de dizer que se vive bem em Guimarães. Referiu que todos os indicadores refletem, precisamente, o contrário, ou seja, que se vive bem em Guimarães, mas que os vimaranenses acabam por sair de Guimarães, aproveitando para salientar a importância de se assumir os erros e tentar corrigi-los, mas que não é com o tipo de intervenções como as que acabara de ouvir, citando exemplificando com expressões como “privilégio... privilégio... privilégio...; virtude... virtude... virtude...; excecionalidade... excecionalidade... excecionalidade”. Instou o Partido Socialista a que tivesse a humildade de olhar para os números e, naturalmente, corrigir a trajetória que tem vindo a assumir nos últimos anos. Prosseguiu, saudando a elevação da Zona de Couros a Património da UNESCO e, igualmente, quem iniciou o trajeto na aposta da Cultura, referindo-se a António Xavier, António Magalhães e Domingos Bragança, atual Presidente, que, na sua tomada de posse, havia considerado que esta classificação era um ponto essencial dos seus mandatos, o que conseguiu concretizar, aproveitando, também, para saudar todos os técnicos que tornaram possível esta candidatura e, naturalmente, todos os vimaranenses. Considerou que esta classificação traz novos desafios e novas implicações ao nível urbanístico e económico, pelo que achou importante estarmos preparados para essa virtude. Finalizou, recordando uma outra batalha, já arvorada há vários anos por esta Assembleia Municipal: a concretização da elevação das Festas Nicolinhas a Património Imaterial da Humanidade. -----



O **Presidente da Câmara Municipal** saudou todos os Moreirenses, na pessoa do Presidente da Junta, António Brás Mendes Pereira, e todos quantos assistiam ou participavam na sessão, regozijando-se por poderem, nesta sessão descentralizada, celebrar a classificação da Zona de Couros como Património da Humanidade, que considerou ser um orgulho para os vimaranenses e para Portugal, congratulando-se com a intervenção de Gabriela Nunes a respeito da história da Zona de Couros. Acrescentou que Guimarães tem, atualmente, uma área expressiva que é Património Mundial, o que implica uma grande responsabilidade na salvaguarda de todo este património. Teceu elogios a Maria de Jesus Carvalho, que, na sua intervenção, clarificou o que é a realidade do Concelho ao nível da dimensão educativa e social, demonstrando ser um privilégio viver em Guimarães. Prosseguiu, dizendo que a redução de cerca de mil habitantes em Guimarães ao longo dos últimos dez anos, como aconteceu com Famalicão, Barcelos e Porto, não significa ter havido diminuição da sua atratividade. Acrescentou que outros concelhos seguiram políticas urbanísticas completamente diferentes, que não critica, mas prefere seguir o modelo de Guimarães. Em resposta à intervenção de Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, lembrou que Guimarães tem diversos setores industriais, nomeadamente o têxtil, o calçado, a metalomecânica, as embalagens, as cutelarias, entre outros. Ainda assim, disse concordar que há necessidade de se criarem mais empresas, especialmente na área da base tecnológica, mas é uma mudança de ciclo económico e de transformação da indústria que demora tempo entre semear e poder colher. Considerou que a indústria de Guimarães tem sido resiliente e tem tido capacidade de se modernizar, incorporando tecnologia de topo e, por isso, tem conseguido competir nos grandes mercados mundiais. Sobre a intervenção de André Filipe Mendes de Castro

Almeida disse que foram colocadas questões para as quais não possuía, naquele momento, os dados necessários para prestar os devidos esclarecimentos, pelo que consideraria tais perguntas como um requerimento apresentado, a que lhe serão remetidas as devidas respostas, por via da Mesa da Assembleia Municipal. Ainda assim, sobre a reclamada Unidade de Saúde Familiar no Sudoeste da Montanha da Penha, deu conta de que está a trabalhar com o Ministério da Saúde para que esta unidade, que é importante para aquela área geográfica do Concelho, venha a ser uma realidade. Sobre o teor da intervenção de João Paulo Serra Salazar, no que respeita ao Vereador Nelson Felgueiras, clarificou que levará este assunto, em primeira mão, à Câmara Municipal e depois dará a resposta política que for necessária em sede da Assembleia Municipal. Anunciou, depois, ter reunido, em 2014, com o Secretário de Estado das Finanças para que o regulamento de incentivos fiscais municipais conseguisse ter legitimidade para ser aplicado, tendo sido Guimarães o primeiro Município do país a aplicar, do ponto de vista do quadro legal, o Regulamento Municipal de Concessão de Benefícios Fiscais. Sobre as questões relacionadas com a habitação, lembrou que a Estratégia Local de Habitação de Guimarães, que já passou por duas revisões, foi uma das primeiras a ser apresentada no país, pelo que é um modelo seguido por outros municípios. Por último, reconheceu a necessidade de aumentar o parque habitacional público, que é muito diminuto, referindo que a solução passa, também, pelos incentivos fiscais e regulamentares para a promoção de investimento privado, anunciando que Guimarães nunca teve tantos pedidos de licenciamento para fogos habitacionais como no corrente ano, o que demonstra haver investimento na habitação e que poderá ajudar na habitação a preços ponderados destinada a agregados familiares com rendimentos moderados. O Presidente da Câmara Municipal respondeu aos esclarecimentos que lhe



foram solicitados por Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, André Filipe Mendes de Castro Almeida, João Paulo Ribeiro Salazar, César Nuno da Costa Teixeira, Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, José Manuel Torcato Ribeiro, Manuel José Araújo Ribeiro e Sónia Cristina Patrocínio Gonçalves Ribeiro.-----

A réplica do Presidente da Câmara aos esclarecimentos que lhe foram solicitados, na parte que disse desconhecer as propostas do PSD no que toca à mobilidade, levou **César Nuno da Costa Teixeira**, do Grupo Municipal do PSD, a lavrar um protesto, recordando que o PSD, ao longo de vários anos, apresentou diversas intervenções e propostas concretas colocando a mobilidade no centro da atividade política, tendo nessa altura sido severamente criticado por as apresentar, pelo que disse não aceitar a alteração dos factos.-----

----- **PERIODO DESTINADO AO PÚBLICO** -----

----- **INTERVENÇÕES** -----

O cidadão **José Francisco Oliveira Cunha** começou por informar que abordaria a forma como a Assembleia Municipal interage com os cidadãos e como exerce as suas competências de fiscalização e acompanhamento da atividade da Câmara Municipal, num entendimento e numa expectativa de que possa vir a ser um contributo positivo para a missão da Assembleia, e por essa via, para o interesse público do Município. Informou, então, que efetuou uma pesquisa a regimentos de 25 assembleias de municípios com mais de 100 mil habitantes, tendo feito uma compilação que fará chegar à Mesa para divulgação pelos Grupos Municipais. Neste âmbito, referiu que a pesquisa, no que toca à forma como interage com os cidadãos, evidenciou a dificuldade de aceder à informação sobre a Assembleia Municipal de Guimarães e denotou a ausência de endereço eletrónico dos

Grupos Municipais, lembrando que a sua relevância e dignidade não podem ficar reduzidos a um separador perdido na imensidão de informação constante da página do Município de Guimarães. Depois, comentou outros aspectos que entende deverem ser alterados, especialmente no tocante ao artigo que regula o Período Destinado ao Público, dizendo considerar que a proibição de abordar temas que constem da ordem de trabalhos e a impossibilidade de intervir em sessões extraordinárias - dizendo que esta última é de legalidade duvidosa - uma injustificada limitação à liberdade de expressão e de intervenção, assim como uma afirmação explícita de que a opinião do público não é um contributo, mas um estorvo para os trabalhos da Assembleia. A este propósito, manifestou o seu desapontamento para com a respetiva Mesa, apelando para que, no âmbito da revisão do Regimento, em curso, fossem refletidas essas questões. Disse existir uma grande margem para melhorar a forma como a Assembleia Municipal de Guimarães exerce as competências de fiscalização e acompanhamento da atividade da Câmara Municipal, mencionando outros regimentos que possibilitam, ou até obrigam, um debate anual sobre o estado do município e que têm comissões especializadas permanentes em funcionamento. Acrescentou que existem os seguintes deveres de apreciação, que não estão a ser cumpridos em Guimarães: 1 - O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial estipula que a Câmara Municipal deve elaborar, de quatro em quatro anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território, a submeter, à apreciação da assembleia municipal; 2 - O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana estipula que, no âmbito do acompanhamento e avaliação da operação de reabilitação urbana, a entidade gestora elabora anualmente um relatório de monitorização de operação de reabilitação em curso, e, a cada cinco anos de vigência da operação de reabilitação urbana, a Câmara Municipal um relatório de avaliação da execução dessa operação.





Ambos devem ser submetidos à apreciação da Assembleia Municipal; 3 - O Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal prevê que o gestor do projeto elabore relatório anual relativo à execução dos objetivos e metas contratualizadas entre as partes, a submeter à apreciação dos órgãos executivo e deliberativo municipais. Prosseguiu dizendo compreender a dificuldade de fiscalizar um município com maiorias absolutas consecutivas em todos os órgãos de poder autárquico, mas que apreciava contar com o maior empenho dos membros das oposições e um maior sentido de interesse público dos membros da maioria. Finalizou, levantando as seguintes questões: Um ano depois do apelo da Mesa e dois anos após a tomada de posse, como estão os trabalhos de revisão do Regimento? Está prevista alguma alteração nos pontos que aqui foram focados? Porque é que, em Guimarães, não existem Comissões Especializadas? -----

O cidadão **João Carlos Dias Machado** usou da palavra para, mais uma vez, recordar o estado da EN 310, em Serzedelo, e para reclamar melhores condições de segurança dessa mesma via, referindo ter conhecimento de que esta via é composta por uma vertente que pertence à Estradas de Portugal e uma outra que pertence ao Município de Guimarães. Depois, recordando que na última sessão da Assembleia Municipal o Presidente da Câmara havia informado que o troço que passa na freguesia de Brito, local que os cidadãos reclamam por obras de melhoramento para maior segurança, era da responsabilidade das Estradas de Portugal, o Município de Guimarães conseguiu garantir que a reclamada obra, embora não sendo da sua responsabilidade, seria feita até ao final do ano. Neste sentido, disse que gostaria de perceber de onde deriva esta dualidade de critérios, uma vez que a EN 310, que passa nas freguesias de Serzedelo, Gondar e Selho S. Jorge, tem como responsável o Município de Guimarães, mas nada tem feito

para melhorar as suas condições de segurança. Concluiu, dizendo lamentar que o partido que mais se manifestou a favor dessa mesma estrada na vila de Brito, até hoje nunca tenha dado a sua opinião aquando das suas intervenções nesta Assembleia Municipal. -----

O cidadão **José Miguel Teixeira dos Reis**, residente na zona Sul Oeste do Concelho de Guimarães, concretamente na Vila de Lordelo, disse querer perceber qual a estratégia do Executivo Municipal para desenvolver esta zona, nomeadamente, no que diz respeito a fixação da população, envelhecimento acelerado, mobilidade, transportes e atratividade. Recordou a perda de população na freguesia de Lordelo nos últimos 30 anos, com especial destaque nos jovens até aos 24 anos, e o facto de ter o dobro da média do envelhecimento do concelho e dos concelhos vizinhos. Recordando que a vila de Lordelo faz fronteira com Vizela, Santo Tirso e Famalicão, lamentou a falta de habitação e de soluções de permanência para a fixação da população mais jovem. Continuou referindo que a EN 105 se encontra degradada e sem passeios para circulação pedonal em grande parte da sua extensão, sendo o troço de Lordelo o que se encontra em pior estado de conservação. Referiu, depois, que a nova concessão com a Guimabus trouxe uma clara melhoria para esta zona do Concelho, mas que continuam a existir lacunas, especialmente nos horários mais tardios. Abordou, também, a falta de atratividade e diferenciação, referindo não haver uma verdadeira centralidade e uma oferta cultural lúdica diversificada, pois o acesso à cidade torna-se deficitária pela falta de mobilidade que têm. Localizando-se a Vila de Lordelo na periferia do Concelho de Guimarães, disse dever existir um plano estratégico multidisciplinar para toda esta zona, tratando-a como uma centralidade, porque, apesar de alguns investimentos feitos, muitos foram adiados, ou realizados tardiamente, estando ultrapassados, o que denota a falta de uma estratégia que responda aos



anseios da população e que contribua para o combate à desertificação e ao envelhecimento acima da média. -----

**Eduardo Ferreira Pereira**, manifestou preocupação com a segurança rodoviária, de pessoas e bens, nas principais estradas da Vila de Moreira de Cónegos, referindo-se à rua D. Laurinda Ferreira de Magalhães, via que liga a Igreja de Moreira de Cónegos a Vizela, com cerca de 3 km, bastante urbanizada em toda a sua extensão e com um elevado fluxo de trânsito, quer motorizado, quer pedonal. Referiu os inúmeros acidentes que se registam nessa rua, por diversos motivos, nomeadamente por excesso de velocidade, tendo maior incidência nos dias chuvosos de inverno, resultando, em muitos deles, danos físicos irreparáveis. Referiu que, ao Km 37 da EN 105, onde existe um parque industrial há já muitos anos e que, por consequência, tem uma circulação diária de mais de 900 pessoas, não existe equipamento para minimizar os vários acidentes que lá ocorrem. Finalizou considerando haver ainda muito a fazer, lembrando a rua de S. Paio Padroeiro e, especialmente, a rua da Baixinha, que não tem passeios e as passeadeiras para são escassas. -----

Concluídas as intervenções, o Presidente da Mesa deu a palavra aos Grupos Municipais. -----

**Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos**, pelo Grupo Municipal da IL, sobre a intervenção de José Cunha, informou ter conhecimento do processo relativo às intervenções do Público em sessões extraordinárias, recordando, inclusive, que o processo teve parecer jurídico dos serviços da Câmara Municipal, pelo que disse acreditar estar dentro do quadro legal. Sobre as questões abordadas pelos cidadãos José Miguel Reis e Eduardo Ferreira Pereira, referiu que os receios demonstrados ocorrem em todo o concelho. Todavia, sendo atualmente líder do Partido da Iniciativa Liberal de

Guimarães, informou que tentará chegar a todas as freguesias e recolher o máximo de informação para conseguir ajudar naquilo que lhe for possível. Concluiu dizendo que a intervenção de João Machado é mais direcionada ao Executivo Municipal, pelo que considerou não se encontrar habilitado a responder conforme era sua pretensão. -----

**Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro**, pelo Grupo Municipal do BE, começou por dizer que ainda não foi possível concluir a elaboração do novo Regimento da Assembleia Municipal dado o número de propostas que têm vindo a ser apresentadas pelos Grupos Municipais e que merecem a respetiva análise. Sobre as questões levantadas por João Machado, disse não poder responder porque são assuntos mais relacionados com a Câmara Municipal. Sobre o problema da fixação da população na Freguesia de Lordelo, recuou às intervenções que decorreram no Período de Antes da Ordem do Dia da presente sessão, dizendo terem refletido o existente na fixação da população no Concelho. No que toca à mobilidade, lembrou que o Bloco de Esquerda tem vindo a defender que o transporte público seria mais eficaz se os municípios assumissem essa responsabilidade, de forma, tendencialmente, gratuita, em detrimento de adjudicar esse serviço a empresas que procuram o lucro. Por último, sobre a falta de segurança dos cidadãos na zona industrial contíguo a uma zona urbana, na Freguesia de Moreira de Cónegos, considerou que houve falta de planeamento do território ao ter-se permitido o crescimento de empresas no meio dos aglomerados urbanos, que provocam estas situações de perigosidade para peões nas suas deslocações diárias. -----

**André Filipe Mendes de Castro Almeida**, pelo Grupo Municipal do CH, anunciou que nada diria sobre a elaboração do novo Regimento da Assembleia Municipal por ser uma responsabilidade da Comissão Eventual criada para o efeito. Disse concordar com a criação de comissões



especializadas, referindo que tem vindo a propor nesse sentido ao longo do Mandato. Sobre a Freguesia de Lordelo, deu nota que, em dezembro de 2022, o CHEGA sugeriu, para inclusão no Plano de Atividades e Orçamento do Município, uma alteração ao caderno de encargos dos transportes públicos, no sentido de haver um transporte circular no Concelho, que abrangia Lordelo, assim como recomendou a criação de habitação social nesta freguesia. Sobre as questões relativas à Vila de Moreira de Cónegos, sobre as quais não referiu não possuir elementos suficientes para indicar soluções, disse considerar que as reuniões das Juntas de Freguesia/Assembleias de Freguesia são os locais indicados para que os cidadãos possam expor essas preocupações. -----

**José Manuel Torcato Ribeiro**, pelo Grupo Municipal da CDU, sobre o Regimento da Assembleia Municipal, disse reiterar o que foi dito pelos líderes que o antecederem, nomeadamente de que é um documento que está a ser trabalhado, encontrando-se na fase de conclusão. Acrescentou que será um Regimento que refletirá, democraticamente, o pensamento daqueles que o estão a trabalhar e que foram eleitos para tal, com toda a legitimidade, sendo desta forma que deve ser encarada a política, quer estejam integrados num partido político, ou não, todos são cidadãos com os mesmos direitos. A respeito da intervenção do cidadão João Machado, disse compreender a sua luta, considerando-a justa, mas isolada, ao contrário do que aconteceu na freguesia de Brito, onde a população se mobilizou e conseguiu um peso muito maior na resolução dos problemas. Prosseguiu dizendo concordar que há falta de mobilidade no Concelho, recordando sempre ter defendido uma melhor e maior mobilidade de forma a permitir aos Lordelenses, assim como à população de outros locais, nomeadamente Arosa e Castelões, poder assistir a toda a oferta cultural, disponibilizada na

centralidade de Guimarães. Sobre a falta de segurança nas vias de comunicação em Moreira de Cónegos, disse tratar-se de um problema que é comum, mas que urge atuar de modo a evitar a ocorrência de acidentes. ----

**Paulo Miguel Lima Peixoto**, pelo Grupo Municipal do CDS-PP, referiu que as questões formais/operacionais sobre o Regimento da Assembleia Municipal esbarram, desde logo, na forma como José Miguel Reis iniciou a sua intervenção, que perguntou qual a estratégia municipal que tem o Executivo Municipal para o Sul e Sudoeste do Concelho, considerando-a uma pergunta direta à Câmara Municipal e não aos Grupos Municipais, o que acontece em muitas outras intervenções de cidadãos, estando a Câmara Municipal, segundo o Regimento em vigor, impedida de responder ao público. Acrescentou que estas situações, que merecem ser analisadas, levam ao atraso da reformulação do Regimento. Concluiu dizendo considerar o teor das intervenções de João Machado e de Eduardo Pereira reclamações que, infelizmente, já vão sendo habituais, referindo que o CDS-PP trabalha no campo da intervenção política. -----

**César Nuno da Costa Teixeira**, pelo Grupo Municipal do PSD, começou por dizer que José Miguel Reis tocou num ponto que o PSD tem debatido nesta sessão, a Habitação, acrescentando estar de acordo que as vilas limítrofes do Concelho de Guimarães e que fazem fronteira com outras vilas ou concelhos vizinhos - nomeadamente, Serzedelo com a vila de Riba de Ave, Lordelo com Vila das Aves, Moreira de Cónegos com o Concelho de Vizela - são fatores, naturalmente, preocupantes porque, nesta competição, Guimarães perde. Acrescentou que tudo o que seja contribuir para um processo reflexivo, para a assimilação do erro e para a adoção de políticas que corrijam esse mesmo erro, é positivo. Sobre a segurança rodoviária, abordada por Eduardo Pereira, disse que é importante que haja uma reflexão sobre os problemas que existem e, para quem está no poder, que tenha vontade de os



ultrapassar e não ficar, apenas e só, a contemplar e a autoelogiar aquelas que são as suas próprias posições, esquecendo-se daquilo que é a realidade concreta. Depois, saudou a Mesa da Assembleia Municipal pelo trabalho notável e exemplar que tem feito, dentro dos limites regimentais e com os constrangimentos que são colocados por aquelas que são as características da atual maioria, permitindo a forte participação entre os partidos políticos. Concluiu dizendo ao cidadão João Machado que as questões que colocou são matérias muito técnicas e específicas, que acabam por ultrapassar aquele que é o seu conhecimento sobre essas matérias. -----

**José Manuel Nogueira Teixeira Bastos**, pelo Grupo Municipal do PS, referiu que, pese embora muito já ter sido esclarecido pelos grupos municipais que o antecederam, houve questões colocadas ao Executivo Municipal, pelo que não poderiam obter resposta dos Grupos Municipais. Sobre o trabalho da Comissão Eventual para a revisão do Regimento, disse corroborar as palavras de José Manuel Torcato Ribeiro, uma vez que se, por um lado, é verdade que os cidadãos fazem intervenções e o uso de um direito que todos reconhecem como importante, também não podem desconsiderar a circunstância de que todos os eleitos são, igualmente, cidadãos, uma vez que, nessa qualidade, não perdem competência por essa circunstância. Acrescentou existirem várias formas dos cidadãos apresentarem problemas concretos ao Município, revelando que o Executivo Municipal tem todas as reuniões abertas à população, mesmo não sendo uma prática comum em todos os municípios. Sobre as restantes questões que foram colocadas, disse não poder acrescentar mais, referindo, contudo, que o Grupo Municipal do PS está, esteve e sempre estará disponível para ouvir tudo aquilo que são as questões relevantes para o bem comum e disponível para contribuir para a sua resolução. -----

A Mesa da Assembleia Municipal, pela voz do seu Presidente, agradeceu aos cidadãos intervenientes, realçando que as suas intervenções justificam, amplamente, que, no passado, se tenha tomado a decisão de ir ao encontro dos cidadãos, através da realização das sessões descentralizadas. -----

----- **ORDEM DO DIA**-----

----- **DELIBERAÇÕES**-----

**1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2023.** Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia trinta de junho de dois mil e vinte e três, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

**Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros:** Hugo Francisco Monteiro Teixeira, David José Gonçalves Faria, Idálio Manuel Pereira de Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, Ana Sofia Rodrigues Teixeira, Rui Armindo da Costa Freitas, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, Teresa Maria Esquível Sequeira Braga Costa Faria, João Martins da Cunha, Catarina de Freitas Marques, Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, Maria Odete Abreu Lemos, Vítor Duarte da Cunha Matos Pereira, António Brás Mendes Pereira, Marta Filipa da Silva Gonçalves, Nelson Cristiano Gonçalves Ferreira, Maria Manuela Ferreira da Costa e Silva, António Gonçalves Fernandes, Raquel Susana Fernandes Oliveira e António Augusto da Silva Mendes. -----

**2 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 3 DE JULHO DE 2023.** Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº





75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no três de julho de dois mil e vinte e três, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

**Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros:** Pedro Miguel Guimarães Marques da Cunha, Hugo Francisco Monteiro Teixeira, José Gonçalves Faria, Francisco da Costa e Silva, Idálio Manuel Pereira de Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, Ana Margarida da Costa Teixeira, Ana Sofia Rodrigues Teixeira, Rui Armindo da Costa Freitas, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, Carlos Vítor da Cunha Gonçalves, Teresa Maria Esquível Sequeira Braga Costa Faria, João Martins da Cunha, Catarina de Freitas Marques, Isilda Gomes da Silva, João Manuel Gonçalves Miranda, Domingos Vaz Peixoto, Maria Adelaide Andrade Silva, Marta Filipa da Silva Gonçalves, Vítor Manuel Silva Pais, Manuel Fernando Alves Cardoso, Maria Manuela Ferreira da Costa e Silva, António Gonçalves Fernandes, Raquel Susana Fernandes Oliveira e António Augusto da Silva Mendes. -----

**3 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2023.** Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada no vinte e cinco de julho de dois mil e vinte e três, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão.-----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

**Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros:** Pedro Miguel Guimarães Marques da Cunha, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, José de castro Dias, Diana Catarina Oliveira da Silva, André Guimarães Coelho Lima, Carlos Jorge Caneja Amorim, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, João Martins da Cunha, Catarina de Freitas Marques, Paulo Manuel Ferreira da Silva, Manuel da Costa Teixeira, António Brás Mendes Pereira, Marta Filipa da Silva Gonçalves, Flávio Romeu de Sousa Freitas, Rui Porfírio Lopes Silva, Carlos Manuel Abrunhosa Borges, Serafim Lopes Fernandes, António Gonçalves Fernandes, Raquel Susana Fernandes Oliveira e António Augusto da Silva Mendes. -----

CÂMARA -----

**4 – ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal o relatório acerca da atividade da Câmara Municipal de Guimarães, no período compreendido entre um de junho de dois mil e vinte e três e trinta e um de agosto de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**André Filipe Mendes de Castro Almeida**, do Grupo Municipal do CH, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “O Relatório de Atividade da Câmara poderia iniciar por um relatório da inércia da câmara municipal, ou com um relatório do prometido e nunca feito. Mas sendo este o documento e sendo esta a informação, falamos então sobre o mesmo. Sobre o Ambiente e a Sustentabilidade ficamos contentes que haja uma continuação do trabalho que envolveu a candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia, contudo será útil perceber o que todos estes acordos trazem ao município e o que temos de “trocar”. Certamente num tratado, seja de tipo for, nenhuma parte deseja ficar desfavorecida. Assim



perguntamos senhor presidente, todo este frenesim irá nos levar aonde? Sobre os transportes, pouco, pouquinho, pouquinho. Uma informação de um apoio de âmbito intermunicipal e nada mais. Ainda não há solução para as falhas dos nossos transportes públicos. Sobre o projeto para elevador no parque da Mumadona já perguntamos o Senhor Presidente, fez-se de fraco ouvinte e nada nos disse, por isso repetimos. Senhor Presidente, qual o valor estimado desta obra? Que contrapartidas tem este processo após a cedência dos direitos de autor? Sobre os parques infantis, após as inspeções mensais feitas a estes locais, o que nos tem a dizer sobre os mesmos? Quantos parques infantis estão em condições de receberem as nossas crianças e quantos deveriam estar fechados? Por fim, um assunto sério, uma pergunta recorrente e mais uma vez com zero de informação adicional. Senhor Presidente regista este relatório 101 denúncias de Vespas Velutinas. Constantemente alertamos para o perigo que estes animais constituem. Está o município ciente do que tem em mãos, o que está o município a fazer para combater esta praga?” -----

**Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos**, do Grupo Municipal da IL, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Deste extenso documento, não podemos deixar de destacar aqui os 50 anos do Dia Mundial do Ambiente, e saudamos a escolha da data para a assinatura do pacto climático. Só com o envolvimento consistente da sociedade civil, e da continua auscultação dos atores económicos e sociais se conseguirá um impacto positivo e duradouro no que respeita ao ambiente. Merece também o nosso aplauso, concretamente na Cultura, o Guimarães Clássico. Para além do elevado nível qualitativo, o concerto conjunto com os músicos afegãos é um momento de exaltação da cidade como território universal de acolhimento, e dá-nos o mote para saudarmos, com entusiasmo e

calorosamente, os afegãos e as outras comunidades migrantes que vivem em Guimarães. Mas nem só de cultura e de ambiente vive uma cidade. Dito isto, o Relatório Trimestral deixa, a quem o lê com atenção, uma insistente sensação de oportunidades perdidas. - Uma oportunidade perdida para abrir horizontes nas prioridades do município, em lugar de as afunilar no limitado leque de prioridades - Uma oportunidade perdida para olhar para dentro, para os temas que afetam de forma direta os cidadãos, ao invés de se debruçar, de forma quase exclusiva, à projeção de uma imagem externa, cujo valor e interesse não rejeitamos, mas que nunca deveria ser o Alfa e o Ómega de um documento desta importância - Uma oportunidade perdida para traçar, de forma clara, estratégias para resolver os problemas dos vimaranenses, começando pelo facto de não encontrarem, na sua própria cidade, um emprego, uma casa, um projeto de vida - Essas prioridades precisam de uma atenção especial à captação de investimento, onde, já se sabe, existe um enorme vazio de políticas. O documento, é, assim, uma evidência clara, para todos os vimaranenses que o quiserem ler, de que o executivo insiste em receitas monocórdicas de alcance limitado, que insuflam certamente alguns egos, mas que não resolvem os problemas de fundo. A última nota vai, como já foi o caso em algumas das últimas sessões da Assembleia, para o formato do documento. Como já aqui referi por várias vezes, quem estrutura o documento desta forma não mostra grande interesse em que ele chegue ao máximo possível de cidadãos. Desta forma, gostaríamos que esta informação chegasse a muitos mais vimaranenses, para que cada um, de forma independente e em liberdade, possa retirar as suas conclusões, mesmo admitindo que possam ser diferentes das nossas. Por isso, a moção que apresentámos e que ira segunda a votação vai nesse sentido. É uma proposta construtiva, no sentido de promover a transparência da atividade política, e aproximar os vimaranenses da



atividade de quem os representa. Apelo aqui a todos os deputados que nos acompanhem nesse desígnio, em benefício de todos os cidadãos, mas também em benefício do próprio alcance da atividade de divulgação da Câmara Municipal.” -----

**André Faria Ferreira**, do Grupo Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “O atual executivo Vimaranesense tem-se destacado negativamente por muitas coisas e essencialmente por muitas omissões. A habitação é um problema real de todo o país, mas que há muito é sentido em Guimarães. Preços altos e verdadeiramente incomportáveis, seja para a compra de casa, seja para o arrendamento. Não vale a pena estarmos com floreados. Guimarães é uma cidade cara e a falta de uma política de habitação é o legado dos 30 anos de maioria socialista. Faltou durante décadas uma estratégia local para a habitação que antecipasse problemas. Continua a faltar uma política de habitação que passe das palavras aos atos. Que resolva. Que se contrua. Que se saia do papel. Que se faça o que outros fazem. O Município é incapaz de definir uma estratégia que atraia jovens para o nosso concelho. É incapaz de conseguir manter cá os que nasceram na sua cidade e concelho. É manifestamente incapaz de seduzir os que aqui estudam na Universidade do Minho. Os jovens encontram-se numa situação delicada. E em Guimarães particularmente delicada. Os baixos rendimentos, a redução do prémio por qualificações ao longo da última década, o mercado de trabalho dual, a falta de oportunidades e a elevada tributação têm justificado níveis intoleravelmente elevados de emigração jovem qualificada. Os jovens qualificados que não emigrem ficam condenados a perpetuar-se em casa dos pais, atrasando a sua emancipação para a idade mais tardia na Europa (cerca de 34 anos em média). Para inverter o ciclo e assegurar o futuro de

Guimarães, é imperioso criar um forte apoio público do município no acesso dos jovens à sua primeira habitação, seja no arrendamento, seja na aquisição. O que pode e deve ser feito: Tal como já foi proposto pelo PSD, é fundamental a Criação de um Programa de Apoio à Habitação para Jovens. Através da atribuição de benefícios fiscais. E quais são esses benefícios que o PSD apresenta? 1. isenção do pagamento do IMT pela aquisição do imóvel; 2. prorrogação da isenção do pagamento do IMI prevista pelo Estatuto de Benefícios Fiscais, por mais 5 anos; 3. isenção total do pagamento das taxas municipais relativamente a operações urbanísticas para os jovens dos 18 aos 40 anos. Não, este não é o primeiro mandato do Partido Socialista em Guimarães, nem o primeiro mandato do atual Presidente de Câmara. Não esta não é uma necessidade nova, ou só agora sentido. Mas até parece. Este é um executivo desorientado e sem rumo para Guimarães e para os Vimeiraneses. Eu que sou jovem e Vimeiranense custa-me muito ver Guimarães neste estado. Se não conseguem alugar, comprar ou construir casa para constituir as suas famílias, como pode querer este executivo que os Jovens Vimeiraneses fiquem na sua cidade?” -----

André Faria Ferreira respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por José Manuel Nogueira Teixeira Bastos. -----

**Paulo Miguel Lima Peixoto**, do Grupo Municipal do CDS-PP, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Analisamos cuidadosamente as 134 páginas do Relatório de Atividades referente ao período de junho a agosto de 2023, concluindo que as 8 páginas que separam a página 3 e a página 10 são um resumo de todo o documento. E focando nessa súmula constatamos o óbvio que é a importância que o executivo vimaranense dá, ou melhor, não dá, ao Desenvolvimento Económico do Concelho. Neste importante pilar para o nosso quotidiano o município destaca como atividade neste domínio, a visita



a quatro empresas vimaranenses. Reconhecendo a importância da proximidade, da presença no terreno bem como, a pertinência das empresas visitadas, efetivamente, parece-nos um trabalho demasiado curto. Tanto mais, pela frieza que os números evidenciam. É por todos reconhecido que Guimarães tem vindo a perder protagonismo em termos de competitividade, muito arrastado, pela crise que se verifica nos setores mais predominantes no concelho, nomeadamente, o têxtil e o calçado. Esta realidade, em julho de 2023, culminou com um primeiro lugar que todos dispensaríamos, que foi o facto de Guimarães ter sido o concelho em que se verificou o maior aumento do desemprego. Infelizmente, também um facto indesmentível. Quando há crises, e neste particular, os últimos 3 anos foram castigadores, primeiro com uma pandemia e atualmente com uma guerra, aqueles países e depois em sentido mais nano, aqueles municípios que têm menos estratégias de desenvolvimento, são os mais penalizados e os primeiros a serem penalizados. Portanto, cruzando a realidade municipal a nível económico, com a atividade executiva municipal realizada a esse mesmo nível, verificamos que as respostas dadas não se afiguram suficientes para o diagnóstico efetuado. Na procura de explicações, voltamos ao relatório de atividades e fomos escarpelizar os dados da divisão de desenvolvimento económico, já agora, que se encontram entre as páginas 81 e 87. Como considerações gerais que norteiam o desempenho desta divisão, constamos o seguinte: Que a Divisão de Desenvolvimento Económico, e agora passo a citar "...tem vindo a consolidar em todo o território concelhio do Município de Guimarães o apoio aos agentes da atividade económica, no sentido de proporcionar condições para que o investimento económico e a criação de emprego mantenham o ritmo que caracterizou os últimos anos." Fez-se luz e percebemos a estratégia do executivo. Em bom rigor, como os últimos anos

foram caracterizados por perda de competitividade, aumento de desemprego e perda de população, as políticas municipais desenvolvidas vão no sentido de perseguir esta linha descendente. Porque, na verdade, não se vislumbra nenhuma estratégia de desenvolvimento que contemple: Captação de investimento; Políticas fiscais amigas das empresas e das pessoas; Dinamização do comércio tradicional; Etc., Etc., Etc. A prova do que acabo de referir teve o seu expoente máximo no passado dia 6, com a inauguração do Supercomputador na Escola de Arquitetura, Arte e Design da Universidade do Minho, no Campus de Azurém. Faço um parêntesis, para dar os parabéns ao executivo pela instalação de tão importante ferramenta em Guimarães. Contudo, nos últimos anos, quando se aflorou a oportunidade de o supercomputador vir para Guimarães, logo se referiu da instalação no AVEPARK e da pertinência que essa mesma instalação teria para a dinamização e desenvolvimento do parque tecnológico. Agora, sem se perceber porquê, o Supercomputador foi instalado no polo de Azurém da Universidade do Minho. É importante perceber as verdadeiras razões para o fazer e o porquê desta alteração. Seguramente, não é porque o Parque de Ciência e Tecnologia já não precise de tão importante ferramenta. Mas não!!! De forma absolutamente monopolista, dizem que é uma situação provisória. Como se um equipamento de 28 toneladas que obrigou à logística que todos assistimos, fosse igual a um portátil que se coloca debaixo do braço e se leva para outro lado. E, portanto, este é o exemplo da falta de estratégia de desenvolvimento económico que é seguida pelo executivo municipal, que vai fazendo uma gestão baseada no modelo de navegação à vista.”-----

Paulo Miguel Lima Peixoto respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Susana Gabriela Meireles Campos Nunes.-----

**Rui Armindo da Costa Freitas**, do Grupo Municipal do PSD, salientou a falta





de estratégia do Município de Guimarães no que toca à Habitação, referindo a crise de habitação que se vive e que é uma realidade não só do nosso Concelho. Acrescentou que a abordagem passiva dos últimos anos, no que respeita à Habitação, torna ainda mais aguda esta crise para a classe média, lembrando que em devido tempo o PSD apresentou medidas para apoio à aquisição de habitação, por parte da classe média e dos jovens, necessidade urgente que já se sentia e que se agravou num contexto económico de subida de taxas de juro para conter a inflação, que penalizam, em especial, esta franja da sociedade, sempre a mais castigada com a carga fiscal. A propósito de, na última sessão da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara ter mencionado que o PDM teria de ser revisto com urgência dada a necessidade de aumentar a capacidade de construção destinada à habitação, disse estar de acordo com a alteração dessa posição, já que o responsável político por esta urgência é o mesmo Presidente da Câmara que, em 2015, aquando do anterior PDM, defendia precisamente o seu contrário, e a chegar aos últimos 2 anos de um consulado, que terá 12 anos de governação, afinal percebe que toda a sua estratégia estava errada desde o início. Prosseguiu, dizendo lamentar que uma autarquia que é campeã regional dos impostos cobrados aos seus munícipes, cobrando hoje mais do que aquilo que orçamentou para impostos, seja incapaz de olhar para a sua classe média e fazer aquilo que é a sua responsabilidade, ajudar a que tenham uma vida melhor, residindo no neste Concelho. Lembrou que se estava a viver uma crise de habitação em Guimarães, num cenário de perda de população, ao contrário de outros concelhos vizinhos, que a têm também, mas num cenário inverso e que, para além disso, as medidas de apoio nesses concelhos existem, enquanto em Guimarães tudo é sempre cobrado ao máximo. Considerou que a oferta de habitação para a classe

média é fundamental para a captação e retenção de talento, essencial para a captação de investimento que proporcione emprego qualificado. Considerou, também, que uma taxa mais elevada de IRS que a dos concelhos vizinhos, um PDM que o Presidente da Câmara sabe que é seu e que hoje assume como errado, a ausência de incentivos à habitação para jovens até aos 40 anos, a ausência de uma estratégia de habitação que vá para lá da habitação social e, em alturas como a que se vive, a ausência de medidas de emergência de apoio à classe média, seja no pagamento da sua prestação bancária ou no arrendamento, explicam o desastre que a classe média passa por viver em Guimarães. Concluiu, considerando que, desta forma, quem nos governa não está à altura da história do nosso concelho e muito menos das nossas gentes, que tal como os Moreirenses, a pulso, sempre construiriam Guimarães. -----

Rui Armindo da Costa Freitas respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por José Manuel Nogueira Teixeira Bastos. -----

Estes esclarecimentos conduziram César Nuno da Costa Teixeira a apresentar um protesto e José Manuel Nogueira Teixeira Bastos a contra protestar. -----

**Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro**, do Grupo Municipal do BE, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Como acontece normalmente, neste ponto apresentam-se os feitos do executivo durante o último trimestre, enaltecendo-se as virtudes da ação da Câmara Municipal com um tom propagandístico entoado. São muitos os programas, planos e protocolos seguidos nas mais diversas áreas e é bom que assim seja. Mas se algo de bom tem sido feito, também existem pontos negativos a levantar que não encontramos neste Relatório nem no discurso oficial da Câmara. É aqui, nesta Assembleia, o local ideal para referir esses temas, contrapondo a idílica narrativa do executivo à, por vezes, triste



realidade, levantando as dúvidas oportunas que nos surgiram ao longo deste período, solicitando a resposta que for possível. Trago aqui três situações concretas que demonstram problemas reais das e dos vimaranenses. Fomos recentemente contactados por uma munícipe que tem, segundo a mesma, sofrido por parte da empresa municipal Vimágua uma trágica catadupa de situações indesejáveis, que em muito têm prejudicado a sua saúde mental e bem-estar. Relatando em linhas breves a situação concreta, a cidadã explica-nos que desde 2002, altura em que se mudou para a atual residência, tem tido problemas associados ao contador da água. Nesse mesmo ano, o famigerado contador desapareceu misteriosamente, originando uma queixa junto da Polícia de Segurança Pública, tendo sido a própria, ao consultar o processo, a descobrir que o município ordenara a retirada do contador. Só no ano de 2011 conseguiu novo licenciamento, tendo pago todas as despesas inerentes à colocação do novo contador, tendo o mesmo ficado colocado na parte exterior do muro, portanto de fácil acesso para qualquer intervenção que viesse a ser necessária, tendo sido feita a competente vistoria por parte dos serviços. Desde essa data, a cidadã relata que não tem tido sossego. Diz a mesma que é recorrente que funcionários da Vimágua identificados, ou outras pessoas de outros departamentos municipais a abordem com a intenção de entrar na sua casa para ver o contador, que está na parte exterior do muro, ou a pretexto de uma vistoria à rede de água e saneamento, mas avisando que a munícipe não pode estar presente, como aconteceu na pandemia. A cidadã suspeita que no terreno onde está edificada a sua casa existem interesses imobiliários especulativos, o que quase a leva a pensar que poderá existir uma relação entre os ditos interesses e o conjunto de situações verificadas. Tendo a munícipe recentemente relatado a situação via e-mail ao senhor Presidente,

questionamos se se inteirou do problema e se tem em mente o que poderá estar na origem deste desassossego? Segunda situação: Mais relatos nos têm chegado, são sobre as falhas da plataforma de gestão municipal, através da qual se opera a aquisição de senhas para as cantinas escolares, a plataforma SIGA. Ainda nos lembramos certamente da situação do pai que não conseguia pagar as ditas senhas em dinheiro, mas mais problemas têm existido. Durante o ano letivo anterior e por dificuldades de operacionalização da Câmara, a plataforma só ficou acessível perto do final do ano letivo. Os alunos receberam então em maio a indicação por parte do agrupamento de que a plataforma estaria disponível para pagarem as refeições de todo o ano letivo, até final do mesmo. O que chegou ao nosso conhecimento é que por algum problema na plataforma, no início deste ano letivo, existem alunos impedidos de tirar as senhas e obviamente almoçar, porque os registos dos pagamentos feitos saíram do sistema. Tendo as escolas em questão referido que isso seria responsabilidade da plataforma municipal, questionamos o senhor Presidente se tem conhecimento destas falhas do sistema e caso tenha, se existe já uma solução em curso que permita aos alunos acesso ao almoço, e como esperam resolver o problema dos pagamentos já efetuados? Terceira e última situação: Mais do que uma vez já aqui referimos os imensos constrangimentos da transição do serviço de autocarros para a chancela da Ave Mobilidade. No que devia ser uma otimização deste serviço, encontramos uma catadupa de situações relatadas que indicam precisamente a orientação contrária: a transferência ocorreu de forma confusa e prejudicial para as e os utentes, e assim se tem mantido apesar de caminhar para quase um ano desde esta modificação. Com o início do ano letivo e necessidade de carregar os passes, dirigiram-se à operadora, uma série de alunos depararam-se com problemas na plataforma da concessionária, impedindo o carregamento, o que obriga à compra de



bilhete, apesar da responsabilidade não ser das e dos estudantes, mas sendo estes mais uma vez a sair prejudicados, sujeitando-se a, injustamente, pagar duas vezes pela mesma viagem. Senhor Presidente, volvidos vários meses desde a transferência para a chancela da Ave Mobilidade, que balanço faz da concessão? Tem conhecimento destes vários problemas a que temos assistido? Que esforços tem feito a Câmara Municipal para, em defesa das e dos seus munícipes, perceber e resolver a situação?” -----

**Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira**, do Grupo Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve:

“Depois de ter abordado globalmente a questão da habitação, permitam-me focar agora no domínio social das políticas de habitação em Guimarães. O Subsídio Municipal ao Arrendamento, que a CMG, em forma de autoelogio, o apresenta como um exemplo regional, carece de dados concretos que o justifiquem. Segundo dados da CMG, o valor anual do subsídio ao arrendamento tem vindo, grosso-modo, a subir desde 2017, atingindo em 2022, 256 famílias vimaranenses, com um valor atribuído total de 205.985€. Numa primeira abordagem são dados que confortam o sentido social da ação governativa municipal, mas a realidade comparada leva a questionar a excecionalidade da política de apoio social em Guimarães. Para não ferir o orgulho dos que entendem que comparar realidades é denegrir a imagem de Guimarães – para os menos atentos sim, é este o nível de demagogia a que chegou o regime socialista em Guimarães – falemos dos municípios A e B, ambos da mesma região. O município de Vila Nova de A, com menos população que Guimarães, auxilia com o seu subsídio municipal ao arrendamento, 342 famílias, num apoio de 328 mil €. O município de Vila Velha de B, com mais população que Guimarães, apoia cerca de 2000 famílias num esforço municipal de 1,2 Milhões €. Resumindo: - Guimarães

apoia menos famílias face a Vila Nova de A e face a Vila Velha de B - Guimarães investe menos verba do seu orçamento em apoios sociais ao arrendamento. Se um facto destrói uma teoria, dois factos tao clarividentes deviam fazer corar de vergonha. No cumprimento da missão fiscalizadora do mandato com que os Vimaraneses nos investiram, pergunta-se: não podia a Câmara Municipal de Guimarães apoiar mais famílias, com mais verba e há mais tempo? Se sim, porque não o fizeram? Aguardamos a V. prezada resposta.”-----

**Pedro Miguel Guimarães Marques da Cunha**, do Grupo Municipal do PS, disse que faria uma pequena análise da importância de alguns aspetos, que são relatados, e do impacto que poderão trazer para os vimaranenses, nomeadamente, dos que têm a ver com o investimento que tem sido feito na área do Ambiente, Saúde e bem-estar. Disse, também, ter constatado na nota genérica do Relatório a importância que foi dada às questões ambientais, centrada naquilo que parece ser a obtenção do título da Capital Verde Europeia. Depois, salientou a importância da participação do Executivo Municipal num conjunto de iniciativas, de índole nacional e internacional, relativas à sustentabilidade e à economia circular, ainda mais porque o fizeram a convite das próprias instituições para nele relatarem aquela que é a nossa experiência e os resultados obtidos. Acrescentou que mais do que compreender aquela que foi a participação e o alcance da ação do Executivo Municipal, está a importância que tem o envolvimento em redes de discussão deste tipo de problemas, nomeadamente para se ter uma noção onde se pode melhorar e retirar aquilo que de melhor se faz, para que se consiga almejar e atingir resultados na melhoria climática, na neutralidade carbónica, na redução dessa mesma pegada, em melhorar a sustentabilidade económica, a economia circular, entender que na economia circular há uma estratégia de desenvolvimento social que dará frutos mais a



médio e longo prazo e que contribuirá para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, sendo esta integração em estruturas inteligentes de discussão destes temas, por si só, um meio e não um fim. Acrescentou, também, que o mote da obtenção do título de Capital Verde Europeia, com que todos concordam, é um processo em que o Município se envolveu, de uma forma comum, tentando encontrar estratégias que melhorem a sustentabilidade, a pegada ecológica, substituindo-as por outras formas de viver, de modo a podermos deixar um melhor legado aos nossos sucessores, permitindo-lhes ter uma qualidade de vida melhor do que a nossa. Realçou que é importante que se criem mais corredores verdes, mais espaços verdes e mais ecovias para a prática do desporto, por terem um impacto claro na saúde dos vimeiraneses, pois, como é sabido, 1 em cada 4 dos jovens com menos de 30 anos tem problemas associados à obesidade, à adiposidade ou outro fator de risco, que mais tarde terá consequências na sua saúde cardiovascular. De seguida, lembrou que, ainda há bem pouco tempo se compreendeu que 24% dos prejuízos do desenvolvimento social e financeiro de uma determinada área está muitas vezes relacionado com mortes prematuras devido a doenças cardiovasculares ou sequelas dessas mesmas doenças, onde a componente ambiental não é estranha a esses acontecimentos, pelo que deve o Executivo Municipal continuar o trabalho de melhoria da qualidade de saúde dos cidadãos e continuar a fazer o entrosamento entre as melhorias das economias circulares, climáticas e pegadas ecológicas, com o conhecimento académico e científico universitário, transpondo-o para a melhoria da vida humana. Por fim, disse congratular-se com a visão e integração em redes de dimensão internacional para melhor fluir o conhecimento e estratégias que sejam traduzidas na melhoria da qualidade de vida dos vimeiraneses, referindo a capacidade de

abraçar projetos extensos e exigentes, como a Capital verde Europeia, pelo aspeto estruturante que fornece ao futuro, finalizando com a congratulação pela elevação da Zona de Couros a Património da Humanidade. -----

**José Manuel Torcato Ribeiro**, do Grupo Municipal da CDU, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Na Green Week (que no berço da nacionalidade se podia perfeitamente chamar Semana Verde) o Senhor Presidente da Câmara assumiu o compromisso de descarbonizar o concelho até 2030. Faltam 6 anos. Seguramente será capaz de nos informar como é que Guimarães se vai tornar neutra em emissões de gases com efeito de estufa até 2030 e de que maneira é que Guimarães vai conseguir atingir este objetivo? Que plano ou projetos é que existem para retirar carros das ruas do concelho? Como é que vamos reduzir as emissões de gases com efeitos de estufa em 80% em 6 anos? A via dedicada, que já não é dedicada, do Avepark vai servir quantos veículos, qual é a previsão? Estamos a tirar carros de circulação ou a promover a sua utilização? Existe algum estudo ou projeto novo sobre o BRT? O Senhor Presidente já o conhece? Quantos carros se preveem retirar das estradas do concelho com este novo meio de transporte público coletivo? E daqui a 6 anos o BRT está pronto? Sabemos, Senhor Presidente, que não é só com a aposta nos transportes públicos coletivos e a retirada de carros das estradas que se consegue reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, mas é um dos fatores primordiais. Sabemos também que daqui a 6 anos, se esta meta que Guimarães assumiu para 2030 não estiver cumprida, ninguém lhe vai pedir contas, porque a responsabilidade que assume hoje será assumida por outros. Sabemos que é preciso trabalhar com metas e objetivos para que se consiga caminhar para a sustentabilidade tão desejada, mas sejamos realistas. E é isso que a CDU lhe pede hoje, seja realista e explique aos eleitos locais e aos vimaranenses como é que em 6 anos Guimarães vai





conseguir tirar carros das estradas, fazer a transição energética nas casas dos vimaranenses diminuindo a fatura de eletricidade e acabando com a pobreza energética em que a maior parte de nós vive. Pedimos apenas transparência, porque só assim seremos capazes de envolver todos na exigente mudança de comportamentos. Porque não será com certeza com participações dos nas mais variadas conferências, como podemos ler no relatório da atividade da Câmara, que essa mudança se vai efetivar. Senhor presidente, falo-lhe agora de Educação. O novo ano letivo começou e chegou-nos a preocupação de pais e encarregados de educação que continuam com dificuldades em aceder à plataforma SIGA para efetuar o pagamento das refeições escolares. A senhora vereadora já tinha anunciado que estaria a ser preparada uma nova plataforma que facilitaria esta operação. Por isso, perguntamos em que ponto é que nos encontramos relativamente a esta dificuldade, está a ser prestado apoio aos pais e aos encarregados de educação nas escolas para o acesso à plataforma ou continuam a ter que se deslocar a Santa Clara? Alguma criança ficou sem almoço no regresso às diversas atividades? Neste relatório da atividade da Câmara toca-se ao de leve num dos maiores problemas que afeta a qualidade de vida das populações, sobretudo as de menores recursos económicos. Referimo-nos à mobilidade e aos transportes públicos de passageiros. A Câmara visitou e reuniu com a Guimabus e fez muito bem. Já lá vai o tempo em que o PS da Câmara não reunia com os TUG e assim se alheava do que as queixas dos utilizadores significavam. A questão é saber se a Câmara lá foi tratar de garantir mais horários e mais linhas com vista a servir todo o concelho, todas e cada uma das freguesias. Ora o relatório não refere se tão importante tema constou da agenda de trabalhos. Depois desta reunião talvez possa conformar-nos sobre quais são os reais números de

passageiros que utilizam o serviço da Guimabus e quais os Passes mais adquiridos. Porque de nada adiantará ter uma diversidade de descontos se a intermodalidade não existe e se não há horários que correspondam às necessidades dos utilizadores.”-----

**Francisco da Costa e Silva**, do Grupo Municipal do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Caros Deputados, neste ponto da análise da Camara Municipal, eu poderia falar de inúmeras obras já executadas, em execução ou de execução iminente: mas permitam-me que destaque apenas algumas: O reabilitado tardo do Vila. Esta requalificação nasceu de uma intenção do Executivo Municipal de recuperar um espaço que estava degradado, devolvendo-o à cidade e às pessoas, uma vez que, ainda que sendo partilhado, a prioridade é para o peão. Reabilitação do Centro Cívico das Taipas; que irá transformar aquela Vila de uma forma drástica, em direção ao futuro. Rua da Amorosa, na freguesia de Azurém, destinada a melhorar o acesso a ambulâncias ao Centro de Saúde; Requalificação da rua 24 de Junho, na freguesia de Aldão, que contempla a repavimentação da via, a criação de passeios, o escoamento de águas pluviais e a criação de zonas de estacionamento; Reabilitação da escola EB2,3 de S. Torcato; obra á tanto tempo esperada, mas que vai de encontro às pretensões das famílias do vale de S. Torcato. Várias obras de monta, em diversas freguesias, para resolver problemas de água pluviais que tanto preocupam as pessoas. As notícias dos últimos dias assim o destacam. Requalificação da EB1 de Abação. A iniciar em breve. Reperfilamento da Rua Padre António Caldas. Uma obra de excelência. Escola Hotel IPCA – Quinta do Costeado. Uma aposta desta Camara Municipal. Edifício para alojamento de estudantes do Ensino Superior do Avepark. Guimarães está a dar um passo ousado em direção a um futuro mais sustentável e inovador com a construção de um edifício residencial que integra a estratégia municipal para



o desenvolvimento do Parque da Ciência e Tecnologia de Guimarães, o AvePark. Aqui bem próximo, na Vila de Lordelo. A construção do posto de GNR de Lordelo, uma obra com financiamento da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna e da GNR, e gestão do Município de Guimarães. A construção do acesso pedonal entre o parque industrial de Mide e o apeadeiro de Lordelo. Ao lado na Vila de Serzedelo, a Centralidade da vila de Serzedelo, que integra a requalificação da rua da Eirinha, da via de acesso à autoestrada e da zona envolvente ao cemitério e Capela do Senhor do Calvário; E nesta mesma Vila de Moreira de Cónegos, o novo edifício para a Unidade de Saúde Familiar de Moreira de Cónegos; Obra tão aguardada por toda esta população, que vem de encontro às suas pretensões, para melhorar a sua qualidade de vida. Caros Deputados, depois temos as obras de recuperação do nosso património cultural: A Consolidação e restauro da Ponte do Soeiro, uma ponte que remonta à Idade Média e que é protegida enquanto património arqueológico, no âmbito da Carta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal; A reabilitação do antigo edifício dos Fornos da Cruz de Pedra, uma obra que permitirá a instalação de um Núcleo Museológico de Referência da arqueologia industrial local e Ateliês de Olaria. E por último a refuncionalização da Torre de Alfândega – 2ª fase. Nesta obra, eu tenho de vos dizer e peço desculpa por isso, mas a preocupação de alguns Srs. Deputados desta Assembleia, não foi a execução da obra em si, mas sim as cores das letras e a cor da argamassa das juntas...quando a preocupação do srs. Deputados da oposição é a cor das letras e a cor das juntas, Sr. Presidente Dr. Domingos Bragança, continue com o excelente trabalho que está a fazer, pois aos olhos da nossa oposição, o trabalho que esta Camara Municipal de Guimarães tem desenvolvido, está excelente... Caros Deputados, a recuperação da Ponte do Soeiro, a recuperação dos Fornos da

Cruz de Pedra e a recuperação da Torre de Alfândega, são o espelho da preocupação e do trabalho desta Camara Municipal, na recuperação do seu património, que vem culminar na elevação da zona de Couros pela UNESCO, a Património Cultural da Humanidade. Aliás, o Dr. Ricardo Araújo, candidato à Camara Municipal de Guimarães, nas próximas eleições pelo PSD, diz e passo a citar “um enorme motivo de alegria e orgulho para todos os Vimaranenses, sendo um merecido e justo reconhecimento pelo trabalho desenvolvido em prol da valorização do nosso património histórico e cultural ao longos dos últimos anos...” caro Vereador, e eu acrescento, ao longos das últimas décadas. Caros Deputados, esta Camara Municipal, soube preservar o seu passado, com as obras referidas atrás, de recuperação do seu património cultural, que culmina com mais este galardão da UNESCO, sabe caminhar no presente com todas as obras de referência que estão em execução e que darão uma melhor qualidade de vida a todos os Vimaranenses. Qualidade de vida dos Vimaranenses, essa sim, a preocupação maior deste Executivo Municipal. Mas também saberá, estar atenta ao futuro do nosso concelho, pela atenção que está a dar ao maior problema da sociedade do futuro, que é a sustentabilidade ambiental. E neste âmbito, a cidade de Guimarães, foi convidada para participar na prestigiada iniciativa Desafio das Cidades Inteligentes. Depois de ter sido selecionada para a primeira edição do programa ICC, e para o desafio das Cidades Digitais, a Comissão Europeia volta a reconhecer o potencial do município e o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e a inovação, concedendo a oportunidade de embarcar numa jornada transformadora de dois anos, para criar uma estratégia impactante rumo a uma cidade mais inteligente e inovadora, que coloquem a cidade de Guimarães, na vanguarda da transição verde e digital, através de Pactos Verdes Locais, indo de encontro ao que o Deputado do PSD, Doutor Carlos



Caneja Amorim disse e passo a citar “...Guimarães é um concelho que sempre antecipou o futuro e tem empresas em diversas áreas de atividade (comercial e industrial) que são líderes mundiais, mesmo ao nível de produtos premium e de gama alta. Juntando o prestígio histórico, comercial e industrial de Guimarães...” Caro Senhor Presidente, Doutor Domingos Bragança, na minha vida eu tentei sempre seguir um ensinamento, que é de que todo o que fazemos, devemos fazer bem, mesmo que demore mais algum tempo, senão, é preferível não o fazer. Todos já percebemos que este ensinamento, foi o seu fio condutor no passado, é o seu fio condutor no presente e será o fio condutor desta Câmara Municipal, no futuro.”-----

Francisco Costa e Silva respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por César Nuno da Costa Teixeira, André Filipe Mendes de Castro Almeida e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** disse que quem lidera um território tem que definir estratégias para alcançar objetivos, renovando a importância de o Executivo Municipal continuar o trabalho para a descarbonização no combate às alterações climáticas, importante para a sustentabilidade ambiental, a economia circular e o desenvolvimento ambientalmente sustentável. Salientou a relevância da consciencialização da comunidade, interiorizar valores ecológicos e ajustar à ciência e tecnologia, que dá, hoje, meios para que se possa fazer a descarbonização. Lembrou que Guimarães, a par do Porto e de Lisboa, foi selecionada para participar no desafio proposto pela União Europeia para ser uma das cidades piloto para a neutralidade carbónica até 2030. Acrescentou que o caminho da sustentabilidade ambiental, mais que a própria distinção de Capital Verde Europeia, é o maior objetivo que deve ser concretizado para uma vida mais saudável, aproveitando para reiterar que uma participação ativa de todos os

cidadãos é fundamental. Ainda neste âmbito, recordou alguns dos objetivos propostos, nomeadamente, a descarbonização do transporte público, a criação de espaços públicos para percursos pedonais e a criação de espaços para percursos de bicicleta, lembrando a possibilidade de utilizar veículos movidos a energia descarbonizada. Sobre o decréscimo de população em Guimarães, que foi de 0,8% segundo os dados estatísticos, enumerou alguns concelhos mais a Norte que tiveram um decréscimo de população bem mais acentuado, como Amares, Barcelos, Esposende, Terras de Bouro, Vila Verde, Cabeceiras de Basto, Fafe, Mondim de Bastos, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão, Paredes, Santo Tirso, Trofa, Vale de Cambra, Felgueiras, Lousada, Penafiel e Porto, acrescentando que o resultado do crescimento populacional no Concelho de Braga teve como origem as casas que estavam devolutas em 2013 e 2014, cerca de 7.000 fogos. Prosseguiu, dizendo que o PDM em vigor desde 2014 era adequado, mas como não antevia a especulação de preços, que tem de ser combatida, está atualmente, na revisão do PDM, a ser acautelada esta questão, através de contratos de planeamento. Referindo que Guimarães tem grande atratividade, considerou que o problema da habitação é de nível nacional e mesmo europeu. De seguida, deu conta de que todos os parques infantis do Concelho têm as devidas condições de segurança quanto ao seu funcionamento e de que a vespa velutina está a ser combatida por equipas dos Bombeiros Voluntários e da Proteção Civil. No que toca ao parque de estacionamento da Mumadona, disse ser um projeto com direitos de autor, e cujo projetista defende a sua reabilitação, mas que a Câmara Municipal entende que é apenas necessário construir um elevador, abdicando de despender cerca de 2 milhões de euros na sua reabilitação. Sobre a dimensão do relatório da atividade da Câmara Municipal, referiu que tem sido feito um trabalho de aperfeiçoamento deste documento, que inclui a



informação prestada pelos serviços municipais de forma sintética para uma melhor análise. Ainda assim, informou que irá recomendar aos serviços responsáveis pela sua elaboração uma maior sintetização do documento geral. Relativamente à alteração do local onde foi instalado o supercomputador, disse que o importante é que tenha ficado em Guimarães. Sobre as questões levantadas por Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, afirmou desconhecer a reclamação sobre a Vimágua, mas, tratando-se de uma questão relacionada com uma empresa municipal, deveria haver algum cuidado em divulgar, numa Assembleia Municipal, situações deste tipo sem que haja confirmação das partes envolvidas, dizendo, contudo, que iria tentar perceber o que se passou. Por último, sobre a Plataforma de pagamento das refeições escolares “SIGA”, disse ter-lhe sido garantido, pela Vereadora responsável pela Educação, Adelina Pinto, de que nenhum aluno das escolas do Concelho ficou sem refeição, recordando, ainda assim, que a isenção de pagamento de refeições só é concedida a quem entregar o estudo socioeconómico do agregado familiar.-

**André Filipe Mendes de Castro Almeida**, do Grupo Municipal do CH, usou da palavra para apelar ao Grupo Municipal do PSD que não interrompa a intervenção do Presidente da Câmara, sob pena de não lhe permitir tempo suficiente para esclarecer todas as questões que lhe são colocadas pelos Grupos Municipais.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por André Filipe Mendes de Castro Almeida, Paulo Miguel Lima Peixoto, André Faria Ferreira, Rui Armindo da Costa Freitas, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, José Manuel Torcato Ribeiro e Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**-----

Nos termos e para os efeitos consignados nos números 3 e 4, do artigo 57º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Assembleia **DELIBEROU APROVAR** a ata em minuta, por unanimidade. -----

Pelas duas horas, do dia seguinte, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e deu por **SUSPENSA A SESSÃO**, que terá continuidade no dia 25 de setembro, pelas 21:00 horas.-----

Para os efeitos consignados no número 2, do artigo 57º, da referida Lei n.º 75/2013, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, José João Torrinha Martins Bastos, e por mim, Maria Fernanda Azevedo Alves Fernandes, trabalhadora designada para o efeito. --

Para os efeitos consignados no número 2, do artigo 57º, da referida Lei n.º 75/2013, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, José João Torrinha Martins Bastos, e por mim, Maria Fernanda Azevedo Alves Fernandes, trabalhadora designada para o efeito. --